

# Acção **Socialista**

Nº 1252 - 3 Outubro 2005

Director: Jorge Seguro Sanches Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva  
Internet: [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao) E-mail: [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)



SUPLEMENTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL  
DE MULHERES SOCIALISTAS



## UM ESFORÇO FINAL

*A poucos dias das eleições fazemos a todos e a cada um, um apelo a um esforço adicional para atingirmos os nossos objectivos*

Estamos a chegar ao fim da campanha eleitoral autárquica.

Milhares de socialistas e independentes que concorrem nas nossas listas têm dado o seu melhor para podermos estar à altura dos anseios e das aspirações dos nossos concidadãos.

Duas marcas centrais têm as nossas candidaturas. Promotoras do desenvolvimento económico e promotoras de maior solidariedade.

Temos orgulho no trabalho feito pelo poder local democrático em Portugal e temos orgulho no trabalho feito pelos autarcas do PS.

Os partidos da oposição, nesta campanha, têm falado de tudo quando há, menos daquilo que está em causa e que é a escolha dos melhores para conduzirem os destinos dos concelhos e freguesias do país. Mas, para já, dois mitos caíram nestas eleições.

O primeiro era a possibilidade de o líder do PSD ter o sentido de responsabilidade de poder vir a ser um candidato alternativo credível a primeiro-ministro. O dr. Luís Marques Mendes, líder do PSD, foi, como sabemos, membro da maioria e do Governo que deixou o país na situação em que se encontra.

O líder do PSD protestou e clamou por reformas para resolver os problemas que a direita e ele próprio criaram.

Hoje que o governo, com coragem, com determinação e com visão estratégica procura tomar medidas para garantir o futuro dos portugueses a única coisa que se ouve do líder do PSD é dizer mal, estar contra, fazendo de conta que nada tem a ver com o assunto.

Como estamos em campanha eleitoral até pode ganhar alguns votos, mas comportando-se como um sindicalista radical nunca ganhará credibilidade para que os portugueses vejam nele um potencial candidato alternativo a primeiro-ministro.

O segundo mito que caiu é a imagem que a CDU quer dar das suas políticas autárquicas e dos resultados das mesmas nos municípios. Onde têm a presidência na generalidade dos casos, o marasmo e a lamúria são a sua marca central. Mas mais grave. Hoje a CDU é a muleta do PSD em muitas câmaras do país onde têm alianças directas a todos os níveis.

Face a esta situação compete-nos a nós, mais do que nunca, também no poder local, fazermos o que tem que ser feito. Trabalhar, para também aí, poder ser dado um contributo decisivo para o desenvolvimento do país e para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses.

Tenho uma enorme confiança no PS, nos seus militantes, nos seus simpatizantes.

Tenho uma grande confiança nas dezenas de milhares de candidatos que se apresentam às urnas no próximo dia 9 pelas listas do PS.

Mas a poucos dias das eleições façamos a todos e a cada um, um apelo a um esforço adicional para atingirmos os nossos objectivos.

Por um voto se ganha. Por um voto se muda. Força. Conto convosco, como sempre.



**JORGE COELHO**  
Coordenador da  
Comissão Permanente

EDITORIAL

# SÓCRATES CRITICA GESTÃO DAS CÂMARAS DE LISBOA E PORTO



Os fracos desempenhos da dupla Santana Lopes/Carmona Rodrigues, em Lisboa, e de Rui Rio, no Porto, foram alvo das críticas de José Sócrates, em Ponte da Barca, Alto Minho, num comício de apoio à candidatura de António Vassalo à presidência da Câmara local.

Perante mais de mil pessoas presentes no pavilhão gimnodesportivo de Ponte da Barca, o secretário-geral do PS considerou que o mandato de Rui Rio no Porto "foi fraco, apagado e quezilhento", enquanto Santana Lopes e Carmona Rodrigues foram responsáveis pelo "piores mandatos de sempre" em Lisboa, no qual a cidade "ficou para trás, se apagou e não fez o que uma capital deve fazer, que é puxar pelo país".

E será por isso mesmo, segundo Sócrates, que Marques Mendes e os restantes líderes dos partidos da

oposição "não querem falar nas eleições autárquicas", porque "não têm orgulho" em falar do desempenho dos seus autarcas e preferem "andar a dizer mal do Governo".

Na sua intervenção, o líder socialista voltou a afirmar que, nas eleições de 9 de Outubro, se trata de "escolher candidatos e programas" autárquicos. Isto porque, sublinha, as câmaras "têm de criar mais oportunidades de emprego" e "estar à frente no combate" para melhorar a situação económica do país. Referindo que o poder local "precisa de se renovar e de ter uma agenda de mudança", Sócrates referiu que, por isso, os autarcas do PS vão dar corpo a uma nova geração de políticas, que passa por uma aposta nas políticas sociais, na educação e no apoio ao investimento e ao desenvolvimento económico.

Por sua vez, o candidato do PS à presidência da Câmara, António Vassalo, salientou que a fixação das populações no concelho é uma das suas principais prioridades, trazendo a indústria para o concelho. Para o efeito, adiantou que pretende instalar um pólo industrial.

A política social é outra das apostas do candidato socialista, que prometeu instalar mais centros de dia para os idosos.

Na sua intervenção, António Vassalo referiu ainda que, no domínio das acessibilidades, defende a construção do IC-28 até à fronteira do Lindoso, e a construção de uma nova ponte na parte poente do concelho, para a qual já estão inscritas verbas no PIDDAC.

E afirmou-se ainda "muito confiante" na sua vitória em 9 de Outubro, pondo fim a 30 anos de gestão do PSD.

J.C.C.B.

## MANUEL ALEGRE ANUNCIA CANDIDATURA

O deputado e militante socialista Manuel Alegre anunciou dia 24 de Setembro a sua candidatura às eleições presidenciais de Janeiro de 2006.

"Conto estar aqui em Janeiro como candidato presidencial para derrotar Cavaco Silva", disse Manuel Alegre, 69 anos, numa intervenção durante a apresentação dos candidatos do PS à Câmara Municipal de Águeda, sua terra natal.

Na sua intervenção, Manuel Alegre disse que a sua candidatura vai conseguir forçar a realização de uma segunda volta

nas eleições presidenciais.

"Não venho para dividir, mas para somar votos à esquerda e forçar uma segunda volta nas eleições presidenciais. É a minha candidatura que o vai conseguir", afirmou.

Albano Silva, Ana Sara Brito, António Pires da Silva, Carla Alves, Eunice Castro, Helena Roseta, Jerónimo Silva, João Botelho, Joaquim Sarmento, Jorge Silva, Manuela Neto e Rosa Pita, dirigentes nacionais do PS, manifestaram em comunicado o seu apoio a Alegre, "na qualidade de cidadãos".



## PS COM SOARES

O secretário-geral do PS, José Sócrates, declarou que "toda a esquerda e centro-esquerda" votará no candidato apoiado pelo partido, Mário Soares.

"O PS tem um candidato e só pode ter um candidato nas eleições para a Presidência da República. Esse candidato, Mário Soares, foi aprovado por larga maioria na última Comissão Nacional do partido", declarou o secretário-geral socialista.

José Sócrates frisou ainda que "é na candidatura de Mário Soares que os socialistas se revêem", dizendo mesmo estar "convencido de que, mais tarde ou mais cedo, todo o centro esquerda e toda a esquerda estarão ao lado de Mário Soares".



## MOURA

# MANUEL LUÍS ESTÊVÃO ELEGE COMO PRIORIDADES A SAÚDE E O EMPREGO

A saúde e o emprego são as principais apostas do socialista Manuel Luís Estêvão, caso seja eleito presidente da Câmara Municipal de Moura, no quadro de um projecto de mudança que visa arrancar o concelho do estado de inércia em que se encontra, devido à gestão da CDU.

Falando nos claustros de um hotel de Moura, perante largas centenas de pessoas, no arranque oficial da campanha para as autárquicas, que contou com a presença do secretário-geral do PS, José Sócrates, o candidato socialista afirmou que, no âmbito da reforma dos cuidados de saúde, pretende que Moura seja um concelho-piloto no que concerne à assistência domiciliária e dos cuidados continuados.

Ainda na área da saúde, defendeu a participação da câmara na gestão do Centro de Saúde Local, prometeu criar uma linha de atendimento permanente para aconselhamento médico e conceder apoios na habitação para os médicos que se queiram fixar nas freguesias rurais do concelho.

Relativamente ao emprego, outra das prioridades, Manuel Luís Estêvão quer dinamizar a economia local com base no empreendimento do Alqueva, através do desenvolvimento do turismo e do regadio, bem como criar uma nova zona industrial e apostar nas energias renováveis, na caça, e na floresta.

Na sua intervenção, o candidato do PS, que se apresenta ao eleitorado com o slogan "Mudar para melhor", prometeu ainda "resolver nos próximos quatro anos, o problema do abastecimento de água no município".

## Sócrates acusa líderes da direita de oportunismo

Fortes críticas à postura hipócrita do PSD e CDS/PP marcaram a intervenção de José Sócrates em Moura, no distrito de Beja, onde acusou os partidos da direita de "oportunismo político" e de "fuga à responsabilidade" pela grave situação económica e financeira em que os seus governos deixaram o país há seis meses atrás.

Em Moura, onde o PS perdeu em 2001 a presidência da câmara para a CDU, por apenas três votos, José Sócrates afirmou que "a campanha da oposição só tem um único ponto: dizer mal do Governo. O propósito desta oposição é uma fuga às suas responsabilidades pela situação em que deixaram o país".

O líder socialista acrescentou que seis meses depois de o PS estar no Governo, "essa oposição continua sem apontar alternativas".

"Há um mês queixavam-se de um excesso de investimento público do Governo, mas agora queixam-se que o



Governo vai cortar o investimento público", apontou o líder socialista. Ainda segundo Sócrates, PSD e CDS-PP "há um mês queriam que o Governo cortasse mais na despesa, mas agora acham que o Governo é duro de mais nos cortes que faz na despesa do Estado".

"Essa oposição, quando estava no Governo, dizia que vinha aí a retoma para Portugal e enganou-se. Agora, essa oposição engana-se outra vez quando diz que vem aí a recessão em Portugal", acrescentou. Depois de desmontar as recentes posições assumidas pela direita, José Sócrates reiterou a ideia de que "o Governo não se desviará do seu caminho" de reforma do Estado "por mais greves ou manifestações que se façam no país".

"Há quem diga que esta não foi uma boa altura para o PS estar no Governo, mas a esses eu respondo que é uma grande honra o PS estar no Governo para ajudar o país a ultrapassar um momento difícil", disse.

Por outro lado, Sócrates referiu algumas das medidas lançadas pelo Governo para atenuar os problemas resultantes da seca. Salientando que "o PS nunca voltou as

costas ao Alentejo", o líder socialista deu como exemplos a recente "abertura de uma linha de crédito de 125 milhões de euros" para os agricultores afectados pela seca, bem como a medida "que isentou as pequenas e médias explorações agrícolas do pagamento de contribuições para a Segurança Social".

"Com Bruxelas, este Governo negociou a antecipação das ajudas aos agricultores para 26 de Outubro e pagou ainda as ajudas que se encontravam em atraso nos anos de 2003 e 2004", disse ainda José Sócrates.

E lembrou, a propósito, que "foi com António Guterres no cargo de primeiro-ministro que se fez o maior investimento público de sempre no Alentejo: o empreendimento do Alqueva".

Por sua vez, o presidente do PS/Beja, Pita Ameixa, considerou que "o Alentejo não pode ter mais um poder local revolucionário e de má-lingua, contra tudo e contra todos. É preciso colaboração com o poder central e essa cooperação só pode ser garantida por câmaras socialistas".

Pita Ameixa sublinhou ainda que o objectivo do PS "é ter maioria absoluta de câmaras no Baixo Alentejo" após as eleições de 9 de Outubro.

"Nós, PS, queremos andar para a frente sem que haja a CDU a meter o pé no nosso caminho", acrescentou.

J.C.B.

## VALONGO

## COELHO DEFENDE FISCALIZAÇÃO "ATÉ AO ÚLTIMO MINUTO" NAS MESAS DE VOTO

"Há possibilidade evidente de ganharmos a Câmara de Valongo e os adversários em desespero são capazes de tudo", alertou o coordenador autárquico do PS, Jorge Coelho, para quem este cenário torna imperativo "manter uma fiscalização até ao último minuto" nas mesas de voto.

Ao falar, no passado dia 24, durante a apresentação de Maria José Azevedo como candidata à presidência daquela autarquia, o dirigente socialista alertou para a possibilidade de poderem vir a existir irregularidades na contagem de votos no sufrágio de 9 de Outubro, como, aliás, tem feito em todos os concelhos por onde tem passado ao longo da pré-campanha eleitoral.

Na apresentação da candidatura do PS a Valongo, Jorge Coelho expressou a convicção de que a candidata socialista "pode abrir um novo ciclo" à frente dos destinos do município.

"Com o seu dinamismo, a sua energia e imaginação, Maria José Azevedo tem capacidades para tirar esta terra da cauda da Área Metropolitana do Porto", afirmou, manifestando-se muito crítico em relação à actual gestão camarária de coligação (PP/PSD) que pretende manter-se agarrada ao poder.

Jorge Coelho apelou por fim à população



de Valongo para "apostar em quem tem energia para mudar a terra".

Por sua vez, a candidata socialista à presidência da câmara local, Maria José Azevedo, afirmou estar confiante na vitória e determinada a conquistar a autarquia com trabalho, "para tirar o nosso concelho da cauda da Área Metropolitana do Porto".

"É fácil fazer obras quando o Estado disponibiliza o dinheiro, como no caso do Polis. Difícil é encontrar soluções reais para os problemas das pessoas", considerou, para depois criticar a estratégia da actual gestão local do PSD, que acusou de se limitar a fazer "obras

para encher o olho".

Contrariando a ideia de que todos os políticos são iguais, Maria José Azevedo comprometeu-se a quebrar a tendência de privilegiar o betão e a encetar uma nova era dando prioridade às pessoas.

Combater sem tréguas a abstenção, o boato e a mentira, seus inimigos declarados, foi o apelo deixado por Maria José Azevedo, para depois terminar a sua intervenção com um pedido: "Mobilizem os jovens e as mulheres para que eles sejam a força da onda da mudança com que sonhamos e da qual serão os grandes beneficiários".

M.R.

## PONTA DELGADA

## JOSÉ SAN-BENTO QUER CENTRO PARA PROMOVER TURISMO NAS FREGUESIAS



A criação de um centro de promoção do turismo rural para desenvolver as "potencialidades" das freguesias é um dos compromissos do candidato do PS à Câmara de Ponta Delgada, José San-Bento.

"Este é um investimento que vale a pena porque discrimina positivamente as freguesias", garantiu José San-Bento, após uma visita de barco entre Ponta Delgada e o porto da freguesia das Feitiras.

O candidato socialista, que se mostrou preocupado com o ordenamento do território e a erosão da orla costeira, afirmou que este centro pretende criar "novas centralidades", permitindo aos privados explorar nichos de mercado a nível turístico.

Segundo sublinhou, o projecto, orçado em 45 mil euros, vai possibilitar à câmara coordenar as especificidades, no âmbito turístico, de cada uma das 24 freguesias do concelho, já que "algumas juntas de freguesia não têm sensibilidade" para aproveitar as suas mais-valias.

José San-Bento admitiu ainda a necessidade de se melhorar a acessibilidade à Rocha da Relva, um fajã localizada na freguesia da Relva, solução que deverá ser encontrada através de um acesso marítimo.

"A nossa solução terá em conta a opinião das pessoas", afirmou José San-Bento, frisando que pretende dar relevância turística à fajã, onde predomina a vinha e fruta cultivada em pequenos socolcos de terra murados com basalto.

## GUARDA

# JOAQUIM VALENTE QUER ELEVAR CADA VEZ MAIS A QUALIDADE DE VIDA NO CONCELHO

Um combate sem tréguas à burocracia, através da implementação do recurso às novas tecnologias, foi um compromisso assumido pelo candidato socialista à Câmara da Guarda, Joaquim Valente, garantindo que qualquer processo que entre na autarquia, sob a sua presidência, "terá de ter resposta dos serviços no prazo máximo de 15 dias".

Falando no jantar-comício de apresentação da sua candidatura, que contou com a presença de José Sócrates, o camarada Joaquim Valente afirmou que um só objectivo o move, "e elevar cada vez mais a qualidade de vida das gentes do concelho", sublinhando que "o concelho da Guarda caminha, com todos nós, os que integramos as listas do PS, rumo a novos horizontes de solidariedade e progresso. Horizontes que exigiremos e defenderemos com determinação".

A Guarda, sustentou, "necessita de gente capaz de pensar e executar o futuro com emoção, com afecto, mas também com inteligência e razão, um futuro em que firmemente acreditamos, pela esperança na concretização de diversos projectos já



iniciados, de outros devidamente planificados e ainda de outros que ajudem a consolidar a Guarda como capital de distrito".

Referindo que a Guarda tem de assumir "o seu papel de centralidade ibérica", já que "o futuro aconselha os novos horizontes de uma transnacionalidade que se traduza num ecossistema de crescimento que potencie todos os recursos disponíveis".

E adiantou que "população, território, empresas, novas tecnologias, núcleos de investigação, públicos e privados, são parte de uma mesma realidade que é urgente otimizar", sublinhando que "é esta a filosofia de crescimento e desenvolvimento sustentados que defendemos".

Por isso, explicou, "é esta a filosofia de crescimento e desenvolvimento sustentados que defendemos", sendo a

Plataforma Logística Empresarial já uma realidade que "irá trazer à Guarda uma nova centralidade, fundamental no combate ao desemprego local e regional".

## Sócrates reafirma linha de "mudanças"

Recebido na Guarda, no jantar-comício em ambiente de festa por mais de cinco mil pessoas, José Sócrates reafirmou que o Governo está determinado em manter a linha "de mudanças", por mais greves e manifestações que se façam em Portugal E sublinhou que "pode dizer-se tudo deste Governo, mas ninguém pode negar que está a fazer as mudanças sem olhar a interesses particulares e orientado pelo interesse geral", tendo lembrando, a propósito, o fim dos privilégios da classe política.

Desta vez, acrescentou, "as mudanças foram para todos e não apenas para alguns".

No passado, "já seguimos o caminho do facilitismo e de deixar tudo na mesma, mas os resultados foram maus e Portugal

andou para trás", disse, sublinhando que nas legislativas de 20 de Fevereiro os portugueses votaram no PS "para que houvesse mudanças".

Na sua intervenção, no passado dia 24, o secretário-geral do PS não deixou de criticar a postura dos líderes da oposição.

"Nesta fase de pré-campanha autárquica, os outros líderes políticos dispensam-se de apresentar um programa para as autarquias e limitam-se a dizer mal do Governo. A ausência de programa é o espelho do falhanço da oposição", acusou.

E sublinhou que os candidatos socialistas apresentam-se nas eleições autárquicas com um programa que privilegia a acção social do poder local, mas também "as políticas de crescimento económico e de requalificação urbana". Segundo referiu ainda Sócrates, a "nova agenda do poder local que o PS propõe passa pelo maior envolvimento das câmaras" em áreas como a da educação, de que o "éxito da introdução do Inglês no ensino básico" é um exemplo.

J. C. CASTELO BRANCO

## SEIA

## EDUARDO BRITO VAI CRIAR MELHORES CONDIÇÕES DE ACESSO À SAÚDE

A construção do novo hospital de Seia "vai criar novas e melhores condições de acesso à saúde", afirmou Eduardo Brito, que se recandidata à câmara local pelo PS, num comentário à recente decisão do Governo de lançar o concurso público para a construção desta unidade de saúde, uma velha aspiração da população do concelho.

No entanto, sublinhou o candidato do PS, "não podemos ficar por aqui, para que todos os munícipes tenham as mesmas condições de acesso aos cuidados de saúde, independentemente da freguesia onde vivem".

Para além de obras de conservação no Centro de Saúde de Seia, Eduardo Brito considerou urgente "exigir também a colocação de mais médicos". E adiantou que pretende, caso seja reeleito nas eleições de 9 de Outubro, lançar nas freguesias de menor população um projecto de parcerias entre o Centro de Saúde, Hospital, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Câmara Municipal, para levar os cuidados de saúde a todos os munícipes.

J.C.C.B.



## SETÚBAL

## CANDIDATURA SOCIALISTA ALIA IDEIAS, AMBIÇÃO E EXPERIÊNCIA

O candidato socialista à presidência da Câmara Municipal de Setúbal, Catarino Costa, apontou o "desenvolvimento económico" para as "políticas sociais integradoras" como metas centrais da sua gestão autárquica, caso vença as eleições de 9 de Outubro.

Ao discursar perante largas centenas de pessoas, no passado dia 27, no comício-festa que assinalou o arranque oficial da campanha socialista no concelho sadino, Catarino Costa frisou a necessidade de atrair para a região investimento gerador de riqueza e de emprego, aproveitando as potencialidades do concelho e as vantagens comparativas das suas condições geográficas e humanas.

A redução progressiva do número de marginalizados e excluídos é também um desígnio assumido pelo candidato do PS, para quem "o crescimento económico" deve ser "sustentável e aproveitado por todos".

Na Associação de Moradores do Casal das Figueiras, Catarino Costa encerrou as intervenções lembrando a sua afinidade e solidariedade de muitos anos com as gentes de Setúbal, nomeadamente as dos bairros tradicionais e mais antigos do concelho, salientando também o "trabalho notável que os autarcas socialistas já dedicaram a Setúbal". O candidato socialista denunciou igualmente alguns exemplos flagrantes da



"péssima gestão comunista", do não cumprimento de promessas eleitorais feitas há quatro anos pelo actual presidente e do "desleixo e desprezo a que a generalidade do concelho foi votada" neste mandato autárquico que classificou como "o pior de sempre" em Setúbal.

Chamando a atenção para a qualidade das renovadas equipas autárquicas com que o PS se apresenta nestas eleições em Setúbal, Catarino Costa concluiu, em clima de grande entusiasmo, com um vibrante apelo à mobilização e ao trabalho para que os setubalenses devolvam ao PS a confiança para governar o município. Já o candidato à presidência da Assembleia Municipal, António Vitorino, muito acarinhado pelos populares presentes, apelou à necessidade de pôr termo a quatro anos de "marasmo e estagnação",

de definir uma "nova ambição para Setúbal" e de "traçar um rumo de actuação que responda aos legítimos anseios das populações locais".

"O concelho de Setúbal não está condenado nem à marginalização nem ao esquecimento, mas para isso não pode ter a frente um presidente de câmara cuja principal preocupação é promover a sua própria imagem pessoal", afirmou Vitorino, para quem "as equipas que o PS apresenta ao sufrágio dos setubalenses aliam ideias e ambição com experiência, capacidade política e pessoal testadas".

Na festa-comício, onde também intervieram Acácio Lopes, director de campanha, Mário Moura, mandatário da candidatura, e os principais rostos socialistas do próximo combate autárquico eleitoral, António Vitorino venceu a urgência de "dar a Setúbal um novo impulso no sentido do progresso e do desenvolvimento".

Tanto no plano económico como no plano social, os setubalenses podem aspirar legitimamente a um novo ciclo de progresso para o qual contribuirão decisivamente as autarquias lideradas por eleitos do Partido Socialista", disse, explicando que essa foi a principal razão que o levava a aceitar o desafio de "participar neste projecto colectivo" candidatando-se à Assembleia Municipal.

M.R.

## VILA REAL

## ARTUR VAZ ALERTA PARA CLIMA DE IMPUNIDADE NO CONCELHO

Vive-se um "clima de impunidade" no concelho de Vila Real, denunciou o candidato do PS à câmara, Artur Vaz, apontando casos como construções sem licenciamento que "nunca foram esclarecidos" pelo Executivo PSD.

Artur Vaz, que falava em conferência de Imprensa, afirmou que por diversas vezes os socialistas confrontaram o presidente da autarquia, Manuel Martins, no poder há 12 anos, com "casos que ficaram por explicar, inquéritos inconclusivos e denúncias ao Ministério Público".

O candidato socialista referiu que, por várias vezes, o PS questionou o executivo sobre a construção e entrada em funcionamento de um kartódromo na cidade sem o devido licenciamento, sobre o funcionamento, sem alvará, de um



estabelecimento nocturno que patrocina vários eventos da autarquia, e sobre o desaparecimento de moedas de ouro do Museu de Vila Real.

Artur Vaz denunciou também casos como

o despejo de entulhos nas escarpas do rio Corgo, na sequência da construção de um condomínio naquele local, que "ainda continuam em exposição", e o desaparecimento de processos de obra na câmara.

"Por parte do dr. Martins apenas obtivemos como resposta muita indignação, infelizmente oca, nunca assumindo as suas responsabilidades", referiu o candidato socialista.

O candidato do PS considerou ainda que a câmara, "por vontade e decisão de quem a dirige, está voltada para dentro de si própria, praticando o segredo, negando informações".

Por isso, se for eleito a 9 de Outubro, prometeu que a autarquia e os seus serviços serão "transparentes e isentos nos processos de decisão".

## FARO

## APOLINÁRIO DENUNCIA ELEITORALISMO COM A OBRA DO MERCADO LOCAL

O Executivo laranja da autarquia de Faro adiou a retoma da obra do mercado municipal por motivos eleitorais. A denúncia, feita pelo candidato socialista José Apolinário, desmascara a contradição entre o discurso de pré-campanha e a realidade.

Segundo Apolinário, o seu adversário, actualmente na liderança da autarquia farenses, "nada fez em tempo útil para apresentar uma solução", referindo porém que ela deverá ser encontrada, convenientemente, "em plena campanha eleitoral".

"Os operadores e fornecedores do mercado foram desnecessariamente penalizados, apenas e só devido ao



calendário eleitoral", acusou José Apolinário, acrescentando que o imbróglia "é da única e exclusiva

responsabilidade" do atarca do PSD.

Recorde-se que a obra em questão é gerida pela sociedade Mercado Municipal de Faro (MMF), cujos accionistas são a autarquia local – que detém 51 por cento do capital –, a Sociedade Instaladora dos Mercados Abastecedores (SIMAB) e o Mercado Abastecedor da Região de Faro (MARF). Assim, José Apolinário considera que o actual edil de Faro, se quisesse, tinha resolvido o problema em tempo útil, através de uma renegociação da dívida de médio para longo prazo e do reforço do capital social em 1,5 milhões de euros.

Todavia, a obra continua parada à espera de engrossar o volume de propaganda autárquica do candidato laranja.

## ALCOCHETE

## JOSÉ INOCÊNCIO TRAVOU A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

José Dias Inocêncio, que se recandidata pelo PS à presidência da Câmara Municipal de Alcochete, reivindicou ter "acabado com a presença dos patos-bravos" no seu município.

"Acabámos com os patos-bravos, que querem construção em altura e sem parques de estacionamento", disse José Dias Inocêncio, que ao longo dos últimos anos travou um combate sem tréguas à especulação imobiliária, nas suas múltiplas formas, no quadro de uma aposta na melhoria da qualidade de vida no concelho.

O coordenador autárquico do PS, Jorge Coelho, ao intervir na sessão de apresentação dos candidatos



socialistas a Alcochete, teceu duras críticas às gestões camarárias da CDU no país, afirmando que os comunistas falam muito em políticas sociais nas

autarquias, mas praticam-nas pouco. Jorge Coelho sublinhou que os últimos quatro anos no município de Alcochete, que o PS ganhou à CDU nas autárquicas em 2001, foram um exemplo de trabalho "a favor do crescimento económico" e de prestação de serviços de carácter social.

Segundo o dirigente socialista, a gestão autárquica do PS "deu uma grande lição ao PCP, porque deixou pela primeira vez uma marca social neste concelho".

E acrescentou: "Durante mais de 20 anos, o PCP, que se considerava o modelo da modernidade, só fez Alcochete andar para trás num modelo de letargia".

## SANTA MARIA DA FEIRA

## STRECHT MONTEIRO RECEBE APOIO ENTUSIASTICO DE 400 MULHERES INDEPENDENTES



Mais de quatro centenas de mulheres independentes e de vários quadrantes políticos insatisfeitas com a estagnação e marasmo em que o concelho se encontra, reuniram-se no dia 24 num jantar-festa de apoio à candidatura do socialista Strecht Monteiro à presidência da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Recebido com um ramo de flores e em clima apoteótico, Strecht Monteiro anunciou a criação de uma casa para acolher mulheres perseguidas no meio familiar, vítimas de sevícias e maus-tratos, e de uma comissão de apoio social para "proteger as muitas mulheres que ainda vivem amarfanhadas, sem independência de pensamento".

No entanto, numa postura de seriedade e ética republicana, o médico e antigo deputado Strecht Monteiro fez questão de sublinhar que a débil situação financeira da autarquia não é compatível com promessas.

"A nossa terra está farta de promessas há mais de vinte anos", disse, referindo que as linhas-mestras da sua candidatura assentam na "honradez, na transparência e na luta contra os interesses instalados". Visivelmente satisfeito com o apoio entusiástico das centenas de mulheres independentes, representativas de vários sectores da sociedade civil das 31 freguesias do concelho, o candidato socialista afirmou não poder deixar de se regozijar com o facto de "encontrar aqui pessoas que nem sempre estiveram connosco".

E garantiu que quando for presidente "por mais complexa ou comezinha que seja a questão receberei as pessoas e resolverei os seus problemas", acrescentando: "Ninguém me ouvirá dizer que isso não é com o presidente da câmara".

Para trás tinham ficado as imagens do filme da candidatura de Strecht Monteiro, intitulado "Uma proposta para mudar o concelho de Santa Maria da Feira", que tem como música de fundo a canção "Muda de vida", interpretada pelos Humanos, que é o hino da campanha.

## BRAGA

## MESQUITA MACHADO POUPOU 75 MILHÕES DE EUROS À CÂMARA

Fruto de uma "rigorosa política de finanças", foi possível à Câmara de Municipal de Braga poupar 75 milhões de euros em despesa corrente ao longo dos últimos quatro anos, sublinhou Mesquita Machado, que se recandidata pelo PS a mais um mandato à frente da autarquia minhota.

Esta poupança, adiantou, permitiu ao município investir 213 milhões de euros em obras para desenvolver o concelho e



melhorar a qualidade de vida das populações.

O atarca socialista afirmou ainda que a câmara, apesar das muitas obras realizadas em vários domínios, usou apenas 23,8 por cento da sua capacidade de endividamento.

Em conferência de Imprensa destinada a "prestar contas" aos munícipes sobre os últimos quatro anos à frente dos destinos de Braga, o candidato do PS sublinhou ter sido este "o melhor mandato de todos", durante o qual transferiu 31 milhões de euros para as juntas, no quadro de uma política efectiva de descentralização de meios e competências.

Mesquita Machado elegeu ainda o estádio municipal e as acessibilidades como as obras mais marcantes destes últimos quatro anos.



## MATOSINHOS

## GUILHERME PINTO APOSTA NA CULTURA COMO PÓLO DE DESENVOLVIMENTO

Transformar a cultura numa mais-valia económica para o concelho é um dos objectivos do candidato socialista à presidência do município de Matosinhos, Guilherme Pinto.

Prometendo "aprofundar" as políticas municipais levadas a cabo nos últimos 30 anos, Guilherme Pinto explicou junto ao que resta do antigo Cine-Teatro Constantino Nery, que a autarquia vai recuperar, os traços gerais de uma política cultural que pretende fazer com que a cidade seja também a "sala-de-estar" da região. "Queremos que esteja sempre alguma coisa a acontecer", disse. Segundo explicou, o candidato do PS conta com a associação dos restaurantes de Matosinhos para ajudar à política cultural do município, o que se traduzirá num conjunto de programas temáticos ligados à expressão "Horizontes da Cultura", com incidência nas artes de palco, na arquitectura, nas artes plásticas e na música.

Guilherme Pinto anunciou ainda o regresso das "Conferências de Matosinhos" e a devolução às praças de uma função convivial. "Há estudos que dizem que, graças ao trabalho de criação de público realizados nos últimos anos, a maior parte dos frequentadores da Casa da Música é de Matosinhos, e outros apontando que a maior parte do público dos eventos culturais de Matosinhos é de outros concelhos", afirmou.

E concluiu que "isto demonstra que a cultura não tem fronteiras e que nós estamos a fazer bem".



## CANDIDATOS SOCIALISTAS AO PORTO E A MATOSINHOS SELAM COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO

Francisco Assis e Guilherme Pinto, respectivamente candidatos do PS às câmaras do Porto e de Matosinhos, comprometeram-se a trabalhar em conjunto caso vençam as eleições do dia 9 de Outubro, apostando na reabilitação das praias, da Circunvalação e na criação de parques urbanos. Numa iniciativa, intitulada "Ambiente sem Fronteiras", na Praça Cidade S. Salvador, que delimita os concelhos do Porto e Matosinhos, Francisco Assis e Guilherme Pinto selaram o compromisso de tratar diversos assuntos em estreita cooperação, como ambiente, cultura, mobilidade e urbanismo. "Não é possível tratar o Porto sem ser em conjunto com os seus vizinhos", afirmou o candidato do PS à Câmara do Porto. A ideia foi reafirmada pelo candidato socialista em Matosinhos, sustentando que "os dois concelhos têm cada vez mais de tratar de espaços conjuntos", apontando a Estrada da Circunvalação como o "anel de casamento" entre o Porto e Matosinhos. Francisco Assis propõe transformar aquela estrada numa avenida, alterando a plataforma central, valorizando o espaço, através da construção de passeios, percursos pedonais e ciclovias.

"É acabar com o seu ar de auto-estrada, transformando-a em avenida", sustentou o candidato socialista à Câmara de Matosinhos.

Os dois autarcas defenderam a construção de parques urbanos que sirvam os dois municípios, bem como a despoluição das praias e ribeiras. Segundo defenderam os candidatos socialistas, para que haja um futuro sustentável é necessário, contudo, que a Área Metropolitana do Porto saia do "marasmo" em que se encontra mergulhada.

"É urgente e decisivo ter uma Junta Metropolitana (JMP) capaz de criar sinergias e entendimentos entre os diversos concelhos", disse Guilherme Pinto, enquanto Assis defendeu ser "preciso construir uma nova realidade metropolitana", através de uma nova dinâmica na JMP.

Para Francisco Assis, Porto e Matosinhos podem ser "cidades motoras da reafirmação da AMP" no país, tendo os autarcas que forem eleitos a 9 de Outubro como desafio construir essa "nova realidade metropolitana".

## PORTO

## ASSIS ACUSA RIO DE CALÚNIA E DEMAGOGIA SEM LIMITES

*A candidatura de Francisco Assis decidiu na passada quinta-feira apresentar uma queixa-crime contra Rui Rio ao Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) por "injúria e difamação". Em causa estão as "insinuações caluniosas e cobardes" do autarca laranja depois de ter sido apupado pela população em vários bairros do Porto, tentando responsabilizar o PS por estes acontecimentos.*

Francisco Assis, que considerou estar perante a "mais grave ofensa" ao longo dos 20 anos da sua vida pública, disse que a escolha de uma entidade de investigação criminal, e não da Comissão Nacional de Eleições, para a entrega da queixa deve-se à sua convicção de que o que aconteceu "ultrapassa a esfera política e entrou na criminal e pessoal". "Rui Rio disse que nós fizemos campanha para o denegrir e caluniar. Ofendeu-me pessoalmente. Para mim, isto não poderá ficar nas meias tintas e terá de ir às últimas consequências", afirmou o candidato socialista.

Segundo Assis, esta calúnia revela uma "total falta de seriedade, uma demagogia sem limites e um populismo absolutamente infrene".

Numa visita ao Bairro do Regado na passada quinta-feira, onde foi recebido calorosamente pela população, a exemplo do que tem vindo a acontecer noutros locais da cidade, Francisco Assis afirmou que "o dr. Rui Rio começou a perceber que as coisas lhe estão a correr mal e, infelizmente, está a recorrer a um estratagemas que é absolutamente inaceitável". E fez um veemente apelo ao autarca laranja para que se "concentre numa campanha eleitoral digna".

## NAZARÉ

## JOÃO BENAVENTE GARANTE UNIDADE SOCIALISTA

João Benavente promete "disponibilidade total, espírito de missão e de serviço" caso seja eleito presidente da Câmara Municipal da Nazaré. O compromisso foi assumido pelo candidato socialista perante uma multidão de apoiantes, no passado dia 23, durante a festa de lançamento da sua candidatura, um evento onde marcaram presença, entre outras, figuras do desporto nacional como Carlos Lopes ou Eduardo Henriques.

Numa ocasião que aproveitou para reafirmar a sua confiança plena na unidade do PS em torno do seu projecto de liderança municipal, Benavente reafirmou a sua aposta na formação e reconversão profissional e, nesse sentido, advogou a criação na Nazaré de um centro de atendimento do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

João Benavente, que foi deputado e



E acrescentou: "O dr. Rui Rio sabe que eu seria totalmente incapaz de orquestrar este tipo de situações que conflituam com os princípios fundamentais da vida democrática".

Já no dia anterior, quarta-feira, no mercado da Sé, onde foi recebido em ambiente de festa, Assis tinha reagido às declarações do candidato da coligação de direita, sustentando que "a tentativa de identificar com o PS aqueles que não o tratam da forma mais adequada nos locais por onde tem feito campanha, nomeadamente nos bairros sociais, revela que Rui Rio está a perder a serenidade", querendo "transformar-se numa vítima, num mártir".

### Uma campanha em crescendo

A campanha de Assis tem vindo a decorrer num crescendo de mobilização e de adesão popular às propostas que tem vindo a apresentar para dar "uma nova energia" à cidade do Porto. "Estou absolutamente confiante e cheio de ânimo. A campanha cresceu muito nos últimos dois meses", afirmou, após uma visita ao mercado do Bolhão, local onde disse ter encontrado "o espírito de uma cidade que não se resigna e tem ambição". Enquanto isto, o desemprego no Porto continua a ser uma das preocupações de

Francisco Assis. Por isso, o candidato socialista pretende instalar um parque tecnológico na zona industrial de Ramalde e um Media Parque na baixa da cidade, com o objectivo de criar mais oportunidades de emprego.

Este compromisso foi reiterado por Assis, após ter reunido com a directora do Centro de Emprego do Porto Ocidental.

Ao contrário do que, na opinião de Assis, tem sido a prática de Rui Rio, o presidente da Câmara do Porto não deve resignar-se com os elevados índices de desemprego registados na cidade.

"Quem tem a responsabilidade directa de ter sido eleito pela população deve exercer influência junto do Governo e dos agentes económicos" no sentido de ser dado um novo impulso ao investimento na região, já que "o Porto deve voltar a liderar e a ter uma economia com vitalidade", defendeu o candidato do PS. Segundo Assis, nos últimos quatro anos faltou um entendimento a nível metropolitano, que deve ser superado com a criação de um gabinete destinado a promover a imagem da região e a captar investimento.

E considerou que a mais-valia da Agência Portuguesa para o Investimento estar sediada no Porto não é suficiente, porque falta-lhe a vocação metropolitana.

"Em vez de tudo isto ser um esforço isolado das câmaras municipais, que até entram em concorrência umas com as outras, é importante que o espírito metropolitano comece a surgir", afirmou. Por outro lado, o candidato do PS quer ver as instituições sociais da cidade a trabalhar de forma articulada, com vista a facilitar a inserção das pessoas no mercado de trabalho.

Para se inverter a actual situação de conformismo e marasmo, Assis considera que "tem de haver outro espírito, outra capacidade de empreender, outra ambição. O presidente da Câmara do Porto tem de ser um líder regional". **J. C. CASTELO BRANCO**

pensamos que o 25 de Abril não chegou à Nazaré. Mas, quando formos Governo nesta terra e neste concelho, qualquer cidadão poderá expressar, com respeito, a sua ideia e a sua opinião e encontrará sempre da minha parte disponibilidade para a ouvir". Por sua vez, o coordenador autárquico do PS, Jorge Coelho, fez chegar uma mensagem de apoio à candidatura socialista da Nazaré, que foi lida pelo facto do seu subscritor se encontrar ausente e afónico. Na missiva, Coelho considerou que a escolha de Benavente é uma "forte aposta política que o PS faz na Nazaré".

João Benavente é o "candidato certo", escreveu o dirigente socialista, destacando a "seriedade, forte personalidade e convicção política" do candidato e considerando que tal perfil contribuirá decisivamente para que a "Nazaré reencontre os caminhos do progresso e do bem-estar".

## PROGRAMA ELEITORAL PARA LISBOA

# CARRILHO PROMETE FLEXIBILIZAR RENDAS NOS BAIRROS SOCIAIS

Caso seja eleito presidente da Câmara Municipal de Lisboa (ML), Manuel Maria Carrilho vai flexibilizar as rendas nos bairros sociais, atendendo, no entanto, às condições financeiras dos moradores. A garantia foi dada pelo candidato do PS, no passado dia 26, durante a apresentação pública do seu programa autárquico.

Na sede de candidatura socialista, onde se reuniram várias centenas de apoiantes, Carrilho explicou que esta ideia passa por diminuir os preços deste tipo de habitação nos casos em que a situação económica dos inquilinos não lhes permita suportar o encargo actual.

"Vamos activar os mecanismos existentes na lei, ajustando os preços das rendas àquilo que as pessoas podem efectivamente pagar nos bairros sociais", avançou Carrilho, frisando que esta era uma garantia que fazia questão de deixar publicamente registada.

O candidato socialista à presidência da edilidade alfacinha recordou que a flexibilização das rendas "está prevista no regulamento municipal", denunciando que "não tem sido cumprida em relação às pessoas mais necessitadas".

"Já se fez muito nos bairros, embora não tenha sido neste Executivo, que os deixou muito esquecidos e muitos deles totalmente abandonados", criticou Manuel Maria Carrilho, acusando de seguida a dupla Carmona/Santana de nunca terem posto os pés nestes locais, para depois se comprometer, ainda neste âmbito, a "reequipar os bairros sociais em termos culturais, desportivos e de saúde".

Na apresentação que fez do seu programa autárquico, Carrilho vincou que as ideias e as "soluções integradas" que propõe para a capital tinham sido já esboçadas em Junho, aquando da primeira declaração programática, e previamente debatidas, durante as Jornadas de Maio, mas agora encontram-se consubstanciadas ao longo de 117 páginas que deverão ser guia da sua actuação na liderança do município lisboeta.

"Este programa não é, nem pretende ser, exaustivo. Ele assume-se como um documento estratégico de prioridades políticas, sendo definida em cada uma delas uma linha de acção e medidas concretas", declarou Carrilho, sublinhando que a sua candidatura assume



como regra de ouro a máxima de "servir a cidade e não servir-se dela". Cinco são — acrescentou também — os princípios que nortearão o trabalho a desenvolver em prol da concretização das prioridades da sua candidatura por Lisboa: transparência na gestão, responsabilidade do Executivo, participação de todos, eficácia na utilização dos bens públicos e coerência e previsibilidade das políticas adoptadas.

## Plano de pagamento da dívida para quatro anos

Assente na inovação, na reforma camarária, na coesão social e num novo conceito de urbanismo, o programa eleitoral de Carrilho inclui, na sua maioria, medidas que têm sido objecto de amplo debate e divulgação no período de pré-campanha, mas também novidades como a criação do "provedor do idoso" ou o estabelecimento de um protocolo com o Ministério da Educação para que exista "um serviço de saúde escolar" na capital.

Este serviço actuará "no âmbito preventivo, no início dos períodos

escolares, e no âmbito do diagnóstico", por exemplo, relativamente à saúde oral, e de "pequenas intervenções cirúrgicas". Parte do documento apresentado na sede da Avenida da República é dedicado a um dois problemas mais graves do município alfacinha: o seu endividamento.

"A Câmara de Lisboa está a ultrapassar o limite máximo de endividamento financeiro permitido às autarquias locais, estando por isso impedida de contrair novos financiamentos", lê-se no programa de Carrilho, onde se avança já com um "plano de pagamentos" da CML para o próximo mandato que prevê, só em pagamentos de dívida bancária, gastos na ordem de 200 milhões de euros.

Mas, o projecto socialista para o saneamento financeiro da autarquia inclui ainda várias outras medidas, como a criação de uma central electrónica de compras e negociações com os credores para ajustar o vencimento das dívidas à capacidade orçamental do município. Ainda no programa que Manuel Maria Carrilho descreveu como "o mais discutido, mais debatido e mais

participado", o candidato do PS assume, em nome da transparência, o compromisso de "integrar no Portal do Município uma área de informação sobre as linhas gerais do planeamento autárquico, programas e projectos em curso" e proceder à "correspondente avaliação periódica dos resultados" da gestão do Executivo camarário.

Entre as promessas reafirmadas de Carrilho destacaram-se as que se prendem com a inovação. Neste âmbito, o candidato voltou a frisar a necessidade de "pôr Lisboa a puxar por Portugal", apontando para a urgência de fazer da cidade um pólo competitivo a nível nacional e internacional.

Para alcançar este objectivo, Manuel Maria Carrilho propõe-se criar, até 2009, 500 empresas tecnológicas, geradoras, directa e indirectamente, de 8500 postos de trabalho e de um volume de negócios na ordem dos 100 milhões de euros.

Já no capítulo da reestruturação camarária, o candidato defendeu de novo a criação de seis "distritos urbanos" que ficariam na responsabilidade directa de um vereador, aglomerando as 53 freguesias

lisboetas, com base numa "razoabilidade geográfica", permitindo deste modo a desconcentração de recursos e competências do poder local.

## Propostas socialistas são as melhores e as mais ousadas

Finalmente, no âmbito do urbanismo, Carrilho criticou fortemente o actual Executivo municipal do PSD por não ter "um rumo para Lisboa", fazer obras "de fachada" e ter apresentado um programa "de generalidades".

"Só vemos cartazes espalhados pela cidade a dizer 'aqui vai nascer'. Lisboa parece uma maternidade. É pena que não tenha nascido nada nestes quatro anos", ironizou, denunciando tratar-se de pura "propaganda que custa muitos milhões e é enganadora".

"Atrás dos posters está a degradação, está um embuste porque muitas vezes não se está a fazer ali nada", acusou, merecendo fortes palmas da assistência, e prosseguiu: "No último mandato autárquico, a cidade parou, desmotivou-se pela falta de uma liderança eficaz e de bons projectos".

Assim, para Carrilho, "o pior balanço que se pode fazer" da gestão laranja da capital é o facto de se constatar que "os problemas hoje apontados já terem sido identificados há quatro anos".

Antes, Manuel Maria Carrilho tinha salientado que o seu programa eleitoral não era um documento "vago", nem uma "cartilha", garantindo que as propostas socialistas para Lisboa são "as melhores e as mais ousadas".

No final do seu discurso, o candidato do PS alertou mais uma vez para os perigos da divisão dos votos do eleitorado da esquerda, recordando que foi por "uma escassa centena de votos que Lisboa entrou, em 2001, neste processo de decadência".

Assumindo a sua candidatura, mais uma vez, como "a única alternativa real" para a cidade, Carrilho assegurou que depois do dia 9 de Outubro serão feitas "as convergências necessárias" porque "a vontade de mudar Lisboa é muito grande".

A terminar, Manuel Maria Carrilho manifestou-se convicto na vitória e apelou à participação eleitoral de todos.

MARY RODRIGUES

## TÁXI SOCIAL GRATUITO PARA SENIORES

A instituição do "táxi social gratuito" para os idosos da cidade de Lisboa foi uma das medidas emblemáticas reafirmadas pelo candidato socialista à presidência da CML. Carrilho defendeu como necessário "apoiar as deslocações" de "pessoas com mobilidade reduzida", pelo que o documento estratégico da futura gestão socialista do município de Lisboa quer dar "outra amplitude" ao actual serviço "porta-a-porta" que existe na capital e que apenas abrange miniautocarros.

Também neste âmbito, o programa eleitoral de Carrilho prevê a negociação com os operadores de transportes públicos (Carris e Metro) e táxis a criação de tarifas reduzidas para todo o período de escolaridade, sugerindo-se igualmente "sistemas flexíveis de títulos para minigrupos de jovens, famílias e fins-de-semana" e ainda "passes de uma ou duas semanas".

M.R.

## GEBALIS FOI NEGLIGENTE E INSENSÍVEL

Manuel Maria Carrilho acusou a Gebalis de ter feito "um mau trabalho em todos os bairros", de ter sido "negligente" e "completamente insensível à crise económica" que os portugueses atravessam, prometendo que esta empresa municipal será "a primeira a sofrer alterações".

Durante um encontro, no passado dia 27, com a associação de moradores do Bairro do Condado, na Zona J de Chelas, na freguesia de Marvila, Carrilho ouviu críticas ao Executivo laranja e à Gebalis, reiterando, em resposta, o compromisso de dar "prioridade" aos bairros sociais, diminuir rendas e dotá-los de equipamentos desportivos, culturais, e de saúde.

Depois de uma acção de rua, o candidato socialista à presidência da CML estendeu as críticas a outras empresas municipais, nomeadamente à EGEAC, EPUL e EMEL, mas esclareceu que não tenciona "encerrar nenhuma empresa, neste momento".

"Não se deve anunciar fechos de empresas municipais imponderadamente", afirmou, assegurando, todavia, que haverá "reestruturações" e que "os serviços e as administrações serão avaliados pela câmara" se sair vitorioso do sufrágio de 9 de Outubro, como se espera.

M.R.



## JANTAR-COMÍCIO EM LISBOA

# "POR UM VOTO SE GANHA POR UM VOTO SE MUDA"

Os lisboetas terão de optar, a 9 de Outubro, entre a mudança para um futuro melhor ou a continuidade no declínio. Manuel Maria Carrilho clarificou assim a responsabilidade que recai sobre cada voto e, ao evocar a lição das autárquicas de 2001, deixou um alerta: "Por um voto se perde e por um voto se muda".

Perante uma multidão de apoiantes que se reuniu, no passado dia 29, no Pavilhão Atlântico, o candidato socialista à presidência da Câmara de Lisboa chamou "todos" ao dever de votar e de "fazer votar", numa guerra declarada à abstenção.

No jantar-comício da sua candidatura autárquica, onde esteve presente o secretário-geral socialista, José Sócrates, Carrilho lembrou a inesperada derrota socialista na capital, há quatro anos, por "umas escassas centenas de votos".

"Por um voto se ganha, por um voto se perde. Repito, por um voto se ganha, por um voto se perde", venceu o candidato do PS, avisando que as próximas eleições na capital "vão ser muito disputadas".

Carrilho, que discursou rodeado de militantes da Juventude Socialista e com o slogan "Lisboa Capital de Futuro" como cenário, condenou as "muitas maldades e armadilhas" lançadas pelos seus adversários durante a campanha eleitoral, assegurando porém que o PS vai "ganhar as eleições" e que a sua liderança no Executivo municipal vai manter-se para além de quatro anos.

"Esta será a minha e a nossa paixão não só no tempo de um mandato, porque Lisboa tem exigências que não se compadecem com prazos", afirmou, propondo-se "recuperar finalmente o orgulho dos lisboetas".

No seu discurso, Manuel Maria Carrilho referiu-se aos seus compromissos e prioridades para a capital, vincando bem que uma das suas principais bandeiras é a acabar com a pobreza na cidade, um flagelo que considerou "intolerável no princípio do século XXI".

"Esse é um problema que vamos resolver em convergência com o Governo", afirmou, para terminar a sua intervenção com a garantia de que "o voto no PS é o voto que conta para mudar Lisboa".

## Portugal precisa de Lisboa com nova dinâmica

Igualmente convicto de que o PS "está em condições de vencer as eleições e de mudar Lisboa", José Sócrates reafirmou o seu apoio à candidatura autárquica protagonizada por Manuel Maria Carrilho.

Numa intervenção marcada por um veemente apelo a todos os lisboetas insatisfeitos com a gestão da dupla Santana/Carmona para concentrarem os seus votos no projecto socialista, Sócrates defendeu que a cidade "precisa de liderança e de comando".

"A todos os insatisfeitos com estes



quatro anos de vazio e que querem a mudança, digo-vos que só podem mudar votando no PS", declarou Sócrates, perante cerca de dois milhares de pessoas.

Referindo-se às críticas dirigidas contra o candidato socialista à presidência do município alfacinha desde a pré-campanha eleitoral, Sócrates retorquiu dizendo que "nunca ninguém criticou Manuel Maria Carrilho por ser incompetente".

"O candidato do PS à presidência da Câmara Municipal de Lisboa tem uma obra atrás de si" e "foi um grande ministro da Cultura", disse o líder socialista, que fez de seguida um balanço muito negativo da gestão camarária do PSD, em exercício desde 2001.

"Todos aqueles que olham sem preconceitos para Lisboa sabem que os últimos quatro anos foram para esquecer, com a cidade a definhar", disse

Sócrates, questionando de seguida as recentes promessas eleitorais do autarca laranja.

"Como é que alguém pode candidatar-se a prometer o futuro, se não foi capaz de fazer isso nos últimos quatro anos?", perguntou, considerando, ainda, que no sufrágio de 9 de Outubro, na capital do país, não está apenas em causa a gestão da cidade.

Para José Sócrates, "alguns dos problemas actuais do país devem-se também ao facto de Lisboa ter ficado para trás". Por isso, defendeu, "Portugal precisa de Lisboa com uma nova dinâmica".

Na sua intervenção, o secretário-geral do PS voltou a denunciar o vazio programático das candidaturas autárquicas adversárias, lamentando que os líderes da oposição se limitem apenas a dizer mal do Executivo no período de campanha eleitoral, em vez de

defenderem as propostas dos seus candidatos.

"Mas ninguém pode acusar o Governo de não ter a coragem de estar a resolver os problemas que nos deixaram nos últimos três anos. As mudanças que o Governo está a fazer vão no sentido do interesse geral e sem olhar a interesses particulares", sustentou.

## PCP negociou pelouros com Carmona

Já o líder da Concelhia socialista de Lisboa, Miguel Coelho, desferiu um forte ataque ao PCP, acusando-o de ter negociado a distribuição de pelouros autárquicos com o candidato apoiado pelo PSD à câmara da capital.

Na intervenção que fez durante o jantar-comício do Pavilhão Atlântico, Miguel Coelho começou por lamentar que os comunistas e o Bloco de Esquerda (BE)

passassem o tempo "a criticar o PS e Manuel Maria Carrilho em vez de criticar Carmona Rodrigues".

"E o PCP tem exagerado. Já negociou com o PSD a atribuição de pelouros caso os sociais-democratas ganhem as eleições. Tenho essas informações", assegurou, adiantando saber que os pelouros da Cultura e dos Espaços Verdes ficariam a cargo dos comunistas. Por outro lado, o líder concelhio acusou Carmona Rodrigues de "pagar favores" à associação de taxistas Antral pelo seu apoio à candidatura do PSD, através da "cedência de terrenos da câmara para uma bomba de gasolina" da associação. "Tenho aqui os documentos", assegurou, criticando mais uma vez Carmona Rodrigues por não ter "pudor de usar os meios e o dinheiro da câmara para angariar apoios".

Miguel Coelho defendeu ainda a participação na campanha do PS da mulher de Manuel Maria Carrilho, a apresentadora de televisão Bárbara Guimarães, que convidou a inscrever-se como militante socialista.

"Espero ser um dos proponentes da adesão dela ao PS", afirmou, depois de ter argumentado que os adversários políticos de Manuel Maria Carrilho criticam a presença de Bárbara Guimarães nas acções de campanha do candidato do PS "porque têm inveja dele, porque de facto ele é casado com uma das mulheres mais lindas de Portugal".

"Ela faz o que qualquer família faz. Marido e mulher apoiam-se mutuamente nos momentos de dificuldade", rematou. Ainda sobre Carmona Rodrigues, Miguel Coelho criticou-o por "cultivar uma imagem falsa".

"A imagem de um santinho, de uma pessoa que não faz mal a ninguém e faz toda a campanha com base na provocação e na mentira", disse, acusando ainda o actual presidente da Câmara de Lisboa de utilizar a autarquia "para fazer campanha", pois "guardou inaugurações" para fazer antes das eleições autárquicas, "como foi o caso da inauguração da Fonte Luminosa". Antes, o secretário-geral da Juventude Socialista, Pedro Nuno Santos, falou sobre "o consenso que existe, desde a direita à esquerda," no que diz respeito "às capacidades de Manuel Maria Carrilho", nomeadamente sobre a sua "inteligência", a sua "eficácia" e "o seu trabalho como titular da pasta da Cultura".

"É reconhecido como um dos melhores ministros do país, um dos melhores ministros da Cultura que Portugal já teve", venceu.

Sobre o actual Executivo municipal, o líder da JS lembrou que "foi prometido o regresso de milhares de jovens ao centro de Lisboa", para depois deixar o aviso: "Os jovens não se esquecem e também não têm tempo para esperar por uma segunda oportunidade".

"É por isso que os jovens não vão estar com Carmona Rodrigues no próximo dia 9 de Outubro", concluiu. **M.R.**

## CARRILHO DENUNCIA

# CARMONA AGIU ILEGALMENTE COM APROVAÇÃO DE CONDOMÍNIO NA LAPA

Ao permitir a construção de um condomínio junto ao Aqueduto das Águas Livres, a Câmara presidida por Carmona Rodrigues procedeu de forma ilegal. Esta a denúncia feita pelo candidato autárquico do PS, Manuel Maria Carrilho, durante uma visita à Freguesia dos Prazeres, ocasião em que garantiu "o embargo e a reposição da situação anterior" se sair vencedor nas eleições de 9 de Outubro.

Carrilho afirmou perante os jornalistas que "a cidade está entregue aos interesses privados duvidosos" e que por essa razão se tem assistido "à degradação da qualidade de vida e

do património da cidade".

"Isto é um exemplo das ilegalidades e até mesmo corrupção que a Câmara tem efectuado", acusou o candidato autárquico do PS. Recorde-se que a Assembleia Municipal de Lisboa recomendou a suspensão das obras do condomínio da Lapa, mas estas prosseguem e a autarquia ignorou esta recomendação.

O prosseguimento do projecto tem sido também contestado por grupos de moradores, que já recorreram aos tribunais para pedir a suspensão provisória da obra.



# CANDIDATOS DO PS ÀS PRESIDÊNCIAS DE CÂMARAS MUNICIPAIS E ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS

## Aveiro

**ÁGUEDA**  
Gil Nadais

Joaquim Silva Pinto  
**ALBERGARIA-A-VELHA**

Manuel Vidinha  
Helena Maria Vinga  
**ANADIA**

Lino Pintado  
Manuel Cardoso Leal  
**AROUCA**

José Neves  
Armando Zola  
**AVEIRO**

Alberto Souto  
Carlos Candal  
**CASTELO DE PAIVA**

Lino Silva Pereira  
Antero Gaspar  
**ESPINHO**

José Mota  
Maria Graça Guedes  
**ESTARREJA**

Teixeira Silva  
Arlindo Cunha  
**ILHAVO**

João Oliveira  
Humberto Rocha  
**MEALHADA**

Carlos Cabral  
Rui Marquero  
**MURTOSA**

Manuel Maria Cruz  
Augusto Leite

**OLIVEIRA DE AZEMEIS**  
Manuel Alberto Dias Pereira  
Helena Terra Dinis  
**OLIVEIRA DO BAIRRO**

Acácio Oliveira  
Henrique Santiago Tomás  
**OVAR**

Manuel Oliveira  
Maria José Oliveira  
**STª MARIA DA FEIRA**

Strech Monteiro  
Vitor Fontes  
**S. JOÃO DA MADEIRA**

Américo Santos  
Pedro Silva  
**SEVER DO VOUGA**

Manuel Soares  
José Manuel Costa  
**VAGOS**

Jorge Luís Oliveira  
Ana Maria Vasconcelos  
**VALE DE CAMBRA**

Rosa Albernaz  
Manuel Brandão  
**Beja**

Nelson Brito  
Jorge Coelho  
**ALMODOVAR**

Duarte Freitas Sousa  
Henrique Gama  
**ALVITO**

António Paiva  
Pedro Carvalho  
**BARRANCOS**

Nelson Berjano  
José Carlos  
**BEJA**

Carlos Figueiredo  
Paulo Arsénio

**CASTRO VERDE**  
João Alberto Lança Fragoso  
Sónia Nascimento  
**CUBA**

Francisco Orelha  
Carla Lança  
**FERREIRA DO ALENTEJO**

Aníbal Reis Costa  
Luís Ameixa  
**MÉRTOLA**

Jorge Pulido Valente  
Mário Martins  
**MOURA**

Lucas Estevão  
Luís Barradas  
**ODEMIRA**

António Camilo  
Manuel Coelho  
**OURIQUE**

Pedro Carmo  
Ana Monsanto  
**SERPA**

António Patinho  
Paulo Pisco  
**VIDIGUEIRA**

António Mendonça  
Pedro Ferreira  
**Braga**

José Barbosa  
Virgílio Carvalho  
**BARCELOS**

Horácio Barra  
João Macedo Lourenço  
**BRAGA**

Mesquita Machado  
António da Silva Braga  
**CABECEIRAS DE BASTO**

Joaquim Barreto  
Serafim China Pereira

**CELORICO DE BASTO**  
Manuel Lopes Machado  
António Gonçalves Basto  
**ESPOSENDE**

Tito Evangelista  
Augusto  
Santos Silva  
**FAFE**

José Ribeiro  
Laurentino Castro Dias  
**GUIMARÃES**

António Magalhães  
Remésio de Castro  
**PÓVOA DO LANHOSO**

Lúcio Pinto da Silva  
João Tinoco de Faria  
**TERRAS DE BOURO**

Ricardo Gonçalves  
André Rebelo  
**VIEIRA DO MINHO**

Jorge Dantas  
Helena Costa da Silva  
**V.N. DE FAMILIÇÃO**

António Barbosa  
Agostinho Fernandes  
**VILA VERDE**

Luís Filipe Silva  
José Rodrigues Martins  
**VIZELA**

Francisco Ferreira  
António de Almeida  
**Bragança**

Berta Nunes  
Manuel Cunha Silva  
**BRAGANÇA**

Francisco Marcolino de Jesus  
Luís Pires Fernandes  
**CARRAZEDA DE ANSIÃES**

Augusto dos Santos Faustino  
Manuel Meneses Pimentel

**FREIXO DE ESPADA À CINTA**  
José Manuel Caldeira Santos  
António Augusto Reis  
**MACEDO DE CAVALEIROS**

Camilo Morais  
Luís Vaz  
**MIRANDA DO DOURO**

Ilídio Rodrigues  
Nascimento Afonso  
**MIRANDELA**

Helder Corujas  
Adérito Pires  
**MOGADOURO**

Francisco Pires  
Idílio Martins  
**TORRE DE MONCORVO**

Fernando Aires Ferreira  
António Augusto Fernandes  
**VILA FLOR**

Artur Vaz Pimentel  
Albano Mesquita  
**VIMIOSO**

José Miranda  
José Carlos Vaz  
**VINHAIAS**

Américo Pereira  
Armando Vara  
**Castelo Branco**

Amândio Ferreira Melo  
Manuel Geraudes  
**CASTELO BRANCO**

Joaquim Mourão  
Valter Lemos  
**COVILHÃ**

Vitor Pereira  
Sérgio Saraiva  
**FUNDÃO**

Conceição Martins  
Nuno Baltazar

**IDANHA-A-NOVA**  
Alvaro Rocha  
Francisco Ladoeiro  
**OLEIROS**

Aniceto Caldeira Rijo  
Armindo Lopes  
**PENAMACOR**

Domingos Torrão  
Manuel Marcelo  
**PROENÇA-A-NOVA**

João Paulo Catarino  
Mário Fernandes  
**SERTÃO**

Paulo Farinha  
Zeferino Lucas  
**VILA DE REI**

João Campino  
César Sequeira Estrela  
**VILA VELHA RODÃO**

Maria do Carmo Sequeira  
Conceição Lopes  
**Coimbra**

António Oliveira Simões  
Pedro Castanheira Jorge  
**CANTANHEDE**

Rui Mendes Crisóstomo Jorge  
Pereira Martins  
**COIMBRA**

Vitor Manuel Bento Baptista  
António Reis Marques  
**CONDEIXA-A-NOVA**

Jorge Manuel Teixeira Bento  
Belmiro Moita da Costa  
**FIGUEIRA DA FOZ**

Victor Manuel Sarmento da Cruz  
Laurinda Natércia Crisanto  
**GÓIS**

José Girão Vitorino  
José António Carvalho

**LOUSÁ**  
Fernando dos Santos Carvalho  
Luís Fernandes Gonçalves  
**MIRA**

João Maria Reigota  
Fernado Regateiro  
**MIRANDA DO CORVO**

António Manuel Fernandes Simões  
Fausto Sousa Correia  
**MONTEMOR-O-VELHO**

Victor Manuel Camarneiro  
Fernando Ramos  
**OLIVEIRA DO HOSPITAL**

Maria José Freixinho António  
Rodrigues Gonçalves  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

Fernando dos Anjos Alves Antunes  
Eliana de Almeida Pinto  
**PENACOVA**

Álvaro José Pinheiro  
Manuel Pereira  
**PENELA**

António Manuel Mendes Lopes  
Luís Alves Ferreira  
**SOURE**

João Gouveia  
Manuel Domingues Simões  
**TABUA**

Francisco Ivo Portela  
Sidónio Costa  
**V.N. DE POIARES**

António Manuel Martins Miguel  
Joaquim Pires Cabouco  
**Evora**

João José Nabais  
Carlos Martins Portas  
**ARRAIÓLOS**

António Ramalhinho  
Andrea Barroso Fernandes

**BORBA**  
Ângelo Verdades de Sá  
António Moura Prouença  
**ESTREMOZ**

José Alberto Fateixa Palmeiro  
José Francisco Pardal  
**ÉVORA**

José Ernesto Oliveira  
Luís Capoulas Santos  
**MONTEMOR-O-NOVO**

Rogério António Pinto  
Leonardo Manuel Maia  
**MORA**

Carlos Guilherme Duarte António  
Afonso Tição  
**MOURÃO**

José Santinha Lopes  
José Ramalho Ilhéu  
**PORTEL**

Norberto Lopes Patinho  
José Fonte Santa Roque  
**REDONDO**

José Cortes Verdasca  
Nazaré Trindade  
**REGUENGOS MONSARAZ**

Vitor Manuel Martelo  
José Carlos Singéis  
**VENDAS NOVAS**

Carlos Guedes Rebelo  
Martinho de Jesus Vieira  
**VIANA ALENTEJO**

Rui Manuel B. Varela Gusmão  
Maria Gabriela Figueira  
**VILA VICOSA**

Miguel Patacão Rodrigues  
Anabela Canhoto Consulado  
**Faro**

Albufeira  
Fernando Anastácio



<b>ALCOUTIM</b>  José Galrito Maria Custódia Martins	<b>VILA BISPO</b>  Rui Correia Adelino Soares <b>V. R. SANTO ANTÓNIO</b>	<b>SEIA</b>  Eduardo Mendes de Brito Joaquim Pina Moura <b>TRANCOSO</b>	<b>NAZARÉ</b>  João Benavente Teresa Gouveia Coelho <b>ÓBIDOS</b>	<b>LOURES</b>  Carlos Teixeira Pedro Farmhouse <b>LOURINHÃ</b>	<b>CASTELO VIDE</b>  Luís Roque Fernando Silva <b>CRATO</b>	<b>FELGUEIRAS</b>  José Campos José Carlos da Silva <b>GONDOMAR</b>	<b>VALONGO</b>  Maria José Azevedo Casimiro de Sousa <b>VILA CONDE</b>
<b>ALJEZUR</b>  Manuel Marreiros Maria de Lurdes Bento <b>CASTRO MARIM</b>	<b>AGUIAR DA BEIRA</b>  António Murta Adelino Soares <b>Guarda</b>	<b>ALCOBAÇA</b>  João Paulo Matias António Fonseca Ferreira <b>VILA NOVA FOZ CÔA</b>	<b>PEDROGÃO GRANDE</b>  José Machado João da Gama Lourenço <b>PENICHE</b>	<b>MAFRA</b>  José Manuel Custódio Pedro Farmhouse <b>MAFRA</b>	<b>ELVAS</b>  José Correia da Luz Joaquim Cabaço <b>ELVAS</b>	<b>LOUSADA</b>  Manuel Martins Ricardo Bexiga <b>LOUSADA</b>	<b>VILA NOVA GAIA</b>  Mário Almeida Lúcio Ferreira <b>VILA NOVA GAIA</b>
<b>FARO</b>  José Luís Domingos João Fernandes Teixeira <b>FARO</b>	<b>ALMEIDA</b>  António Miranda de Carvalho António Seara Paixão <b>ALMEIDA</b>	<b>LEIRIA</b>  Emílio António Pessoa Mesquita Rui Rabaça Vieira <b>Leiria</b>	<b>POMBAL</b>  José Gonçalves Silva Jorge Gonçalves <b>POMBAL</b>	<b>ODIVELAS</b>  Leonor Coutinho Susana Amador <b>ODIVELAS</b>	<b>FRONTEIRA</b>  Rondão de Almeida Joaquim Real Mendes <b>FRONTEIRA</b>	<b>MAIA</b>  Jorge Magalhães Mário Fernando da Fonseca <b>MAIA</b>	<b>Santarém</b>  Manuel Barbosa Ribeiro Manuel dos Santos <b>Santarém</b>
<b>LAGOA</b>  José Apolinário Luís Coelho <b>LAGOA</b>	<b>CELORICO BEIRA</b>  Orlindo Balcão Vicente António José Bordalo Matias <b>CELORICO BEIRA</b>	<b>ALCOBAÇA</b>  Daniel Adrião Jorge Gonçalves <b>ALCOBAÇA</b>	<b>ALVAIAZERE</b>  José Gonçalves Silva Sérgio Leal <b>ALVAIAZERE</b>	<b>OEIRAS</b>  Rui Cunha Emanuel Martins <b>OEIRAS</b>	<b>GAVIÃO</b>  José Filipe Jorge Manuel Jesus <b>GAVIÃO</b>	<b>MARCO CANAVEZES</b>  Jorge Catarino José Andrade Ferreira <b>MARCO CANAVEZES</b>	<b>ALCANENA</b>  Nelson Carvalho Jorge Lação <b>ALCANENA</b>
<b>LAGOS</b>  João Aurélio Marcos José Águas da Cruz <b>LAGOS</b>	<b>FIG. CASTELO RODRIGO</b>  José Francisco Gomes Monteiro Maria Margarida Barros Moura <b>FIG. CASTELO RODRIGO</b>	<b>ALCOBAÇA</b>  Fernando Simões Vitor Oliveira <b>ANSIÃO</b>	<b>PORTO MÓS</b>  Jorge Silva João Salgueiro <b>PORTO MÓS</b>	<b>SINTRA</b>  Susana Amador Mário Linho <b>SINTRA</b>	<b>MARVÃO</b>  Hipólito dos Reis Soldado António Amaro <b>MARVÃO</b>	<b>MATOSINHOS</b>  Jorge Manuel da Fonseca Guilherme Pinto <b>MATOSINHOS</b>	<b>ALMEIRIM</b>  José Vieira da Silva José Sousa Gomes <b>ALMEIRIM</b>
<b>LOULÉ</b>  Júlio Barroso Paulo Morgado <b>LOULÉ</b>	<b>FORNOS ALGODRES</b>  Carlos Alberto Panta Carlos Quadrado Rebelo <b>FORNOS ALGODRES</b>	<b>BATALHA</b>  Cristina Valente Coelho Paiva de Carvalho <b>BATALHA</b>	<b>Lisboa</b>  Jorge Silva Alvaro Pedro <b>Lisboa</b>	<b>SOBRAL MONTE AGRAÇO</b>  João Soares Jorge Coelho <b>SOBRAL MONTE AGRAÇO</b>	<b>MONFORTE</b>  Manuel Bugalho Vasco Coelho <b>MONFORTE</b>	<b>PAÇOS FERREIRA</b>  José Carlos Pereira Rodrigo Pedrosa Francisco <b>PAÇOS FERREIRA</b>	<b>ALPIARÇA</b>  Armando Bento João Rosa do Céu <b>ALPIARÇA</b>
<b>MONCHIQUE</b>  Vitor Aleixo Joaquim Vairinhos <b>MONCHIQUE</b>	<b>GOUVEIA</b>  António José Elvas da Rocha Carlos Andrade Costa <b>GOUVEIA</b>	<b>BOMBARRAL</b>  Raúl Meireles Joaquim Alfáro <b>BOMBARRAL</b>	<b>ALLENQUER</b>  Alvaro Pedro Fernando Rodrigues <b>ALLENQUER</b>	<b>TORRES VEDRAS</b>  Pedro Cardoso Pereira Eduardo Galamba <b>TORRES VEDRAS</b>	<b>NISA</b>  Miguel Rasquinho Paulo Felício <b>NISA</b>	<b>PAQUES FERREIRA</b>  Rodrigo Pedrosa Francisco Ilídio Meireles <b>PAQUES FERREIRA</b>	<b>BENAVENTE</b>  Vera Noronha António Neves <b>BENAVENTE</b>
<b>OLHÃO</b>  Carlos Tuta Joaquim Vairinhos <b>OLHÃO</b>	<b>GUARDA</b>  João Paulo Agra Maria da Conceição Carvalho <b>GUARDA</b>	<b>BOMBARRAL</b>  Jorge Gabriel Martins Albino Loureiro Nunes <b>BOMBARRAL</b>	<b>AMADORA</b>  Joaquim Raposo Ramos Preto <b>AMADORA</b>	<b>VILA FRANCA XIRA</b>  Carlos Miguel Alberto Avelino <b>VILA FRANCA XIRA</b>	<b>PONTE SÔR</b>  Arménio Morais Paulo Taveira Pinto <b>PONTE SÔR</b>	<b>PENAFIEL</b>  Artur Penedos Nelson Cunha Correia <b>PENAFIEL</b>	<b>CARTAXO</b>  Rui Raposo Paulo Caldas <b>CARTAXO</b>
<b>PORTIMÃO</b>  Francisco Leal Filipe Ramires <b>PORTIMÃO</b>	<b>MANTEIGAS</b>  Joaquim Carlos Dias Valente João Almeida Santos <b>MANTEIGAS</b>	<b>CALDAS RAINHA</b>  António Galamba Manuel Nobre <b>CALDAS RAINHA</b>	<b>ARRUDA VINHOS</b>  José Augusto Almeida Casimiro Ramos <b>ARRUDA VINHOS</b>	<b>Portalegre</b>  Maria da Luz Rosinha João Gaspar <b>Portalegre</b>	<b>PORTALEGRE</b>  José de Matos Ceia da Silva <b>PORTALEGRE</b>	<b>PORTO</b>  Rui Pinto da Silva Francisco Assis <b>PORTO</b>	<b>CHAMUSCA</b>  António do Nascimento Fernando Pratas <b>CHAMUSCA</b>
<b>SÃO BRÁS ALPORTEL</b>  Manuel da Luz Isilda Gomes <b>SÃO BRÁS ALPORTEL</b>	<b>MEDA</b>  Esmeraldo Saraiva Neto Albino Massano Leitão <b>MEDA</b>	<b>CASTANHEIRA PERA</b>  Fernando Lopes Maria da Conceição Soares <b>CASTANHEIRA PERA</b>	<b>AZAMBUJA</b>  Joaquim Ramos António Cardoso <b>AZAMBUJA</b>	<b>Alter do Chão</b>  Hemetério Monteiro Maria Monteiro <b>Alter do Chão</b>	<b>SOUSEL</b>  Edmundo Martinho Mário Marques <b>SOUSEL</b>	<b>POVOA VARZIM</b>  Pedro de Vasconcelos Joaquim Silva Garcia <b>POVOA VARZIM</b>	<b>CONSTÂNCIA</b>  Fernando Silva Santos Rui Carreteiro <b>CONSTÂNCIA</b>
<b>SILVES</b>  António Eusébio José Correia Martins <b>SILVES</b>	<b>PINHEL</b>  Manuel Carlos Pereira Abel Monteiro Grilo <b>PINHEL</b>	<b>LEIRIA</b>  Fernando Manata Jorge Pereira <b>LEIRIA</b>	<b>CASCAIS</b>  Diogo Abreu Maria João Botelho <b>CASCAIS</b>	<b>ARRONCHES</b>  António Conde Gil Romão <b>ARRONCHES</b>	<b>Porto</b>  Juvenal Abrantes Armando Abreu <b>Porto</b>	<b>SANTO TIROSO</b>  Ilídio Matos Pereira António Castro Fernandes <b>SANTO TIROSO</b>	<b>CORUCHE</b>  Margarida Alves Veríssimo Dionísio Mendes <b>CORUCHE</b>
<b>TAVIRA</b>  Lisete Romão João José Ferreira <b>TAVIRA</b>	<b>SABUGAL</b>  João José Ferreira Carlos Alberto Franco <b>SABUGAL</b>	<b>LEIRIA</b>  Raúl Miguel Castro José Manuel Silva <b>LEIRIA</b>	<b>LISBOA</b>  Arrobas da Silva José Germano de Sousa <b>LISBOA</b>	<b>Campos Maior</b>  Rui Henriques Alberto Gil <b>Campos Maior</b>	<b>BAIÃO</b>  Armando Abreu Celso Freitas <b>BAIÃO</b>	<b>TROFA</b>  Manuel Luciano Gomes Joana Lima <b>TROFA</b>	<b>ENTRONCAMENTO</b>  Alexandre Zagalo António Ferreira Marques <b>ENTRONCAMENTO</b>
<b>SÃO BRÁS ALPORTEL</b>  Joaquim Fialho Anastácio Carlos Reis José	<b>SABUGAL</b>  José Santo Freire Vitor Gonçalves	<b>LEIRIA</b>  Oswaldo Castro	<b>LISBOA</b>  Manuel Maria Carrilho Maria de Belém Roseira	<b>Campos Maior</b>  Rui Gonçalves	<b>BAIÃO</b>  Celso Freitas	<b>TROFA</b>  José Magalhães Moreira	<b>ENTRONCAMENTO</b>  António Ferreira Marques



<b>FERREIRA ZEZERE</b>  Carlos Salgado José da Silva André <b>GOLEGA</b>  José Veiga Maltez Luís Vaz Godinho <b>MAÇÃO</b>  José Fernando Martins João Simões de Almeida <b>OURÉM</b>  José Alho Maria Agripina Vieira <b>RIO MAIOR</b>  Silvino Sequeira Victor Marques Damiano <b>SALVATERRA MAGOS</b>  Nuno Antão Paulo Cardoso <b>SANTARÉM</b>  Rui Barreiro Idália Moriz <b>SARDOAL</b>  Fernando Morais Fernando Vasco <b>TOMAR</b>  Carlos Silva Luís Silva Pereira <b>TORRES NOVAS</b>  António Rodrigues Manuel Faria <b>VILA NOVA BARQUINHA</b>  Miguel Pombeiro Rui Picciochi <b>Setúbal</b> <b>ALCÁÇER SAL</b>  Pedro Manuel Paredes Duarte Lynce Faria <b>ALCOCHETE</b>  José Inocêncio José Luís Catalão	<b>ALMADA</b>  Alberto Antunes António Roseiro <b>BARREIRO</b>  Emídio Xavier Eduardo Cabrita <b>GRÁNDOLA</b>  Carlos Beato António Gamito Cheinho <b>MOITA</b>  Eurídice Pereira Vitor Simões Jesus <b>MONTIJO</b>  Maria Amélia Antunes Miguel Cardoso <b>PALMELA</b>  José Braz Pinto Miranda Lemos <b>SANTIAGO CACÉM</b>  José Cascão Silva Alexandre Rosa <b>SEIXAL</b>  Menezes Rodrigues Vitor Ramalho <b>SESIMBRA</b>  Amadeu Penim Joel Hasse Ferreira <b>SETÚBAL</b>  Catarino Costa António Vitorino <b>SINES</b>  Carlos Silva Idalino José <b>Viana do Castelo</b> <b>ARCOS VALDEVEZ</b>  Fernando Cabodeira Avelino Gomes <b>CAMINHA</b>  Amílcar Lousa José Lages	<b>MELGAÇO</b>  Rui Solheiro Artur Rodrigues <b>MONÇÃO</b>  José Emílio Moreira Ángelo Fernandes <b>PAREDES COURA</b>  António Pereira Júnior José Brito Pacheco <b>PONTE BARCA</b>  Vassalo Abreu Paulo Pimenta <b>PONTE LIMA</b>  António Montenegro Fiúza Manuel Costa <b>VALENÇA</b>  José Luis Serra Rodrigues António de Oliveira <b>VIANA CASTELO</b>  Defensor Moura Armando Soares Pereira <b>VILA NOVA CERVEIRA</b>  José Vaz Carpinteira Fernando Monteiro Matias <b>Vila Real</b> <b>ALLIJÓ</b>  José Cascarejo Joaquim Cerca <b>BOTICAS</b>  Abílio de Freitas Pereira António Caldelas <b>CHAVES</b>  Altamiro Claro Júlio Machado <b>MESÃO FRIO</b>  Carlos Miranda Nuno Machado <b>MONDIM DE BASTO</b>  Humberto Cerqueira Laura Pereira	<b>MONTALEGRE</b>  Fernando Rodrigues Joaquim Pires <b>MURÇA</b>  João Fernandes Maria Clara Guerra <b>PESO DA RÉGUA</b>  Vitor Almeida Agostinho Alves da Santa <b>RIBEIRA DE PENA</b>  João Noronha Carvalho Fernando Fernandes <b>SABROSA</b>  Rodrigo da Nóbrega Pizarro António da Graça <b>STª MARTA PENAGUIÃO</b>  Francisco Ribeiro Guilhermino dos Reis <b>VALPAÇOS</b>  Ema Gonçalves Afonso Videira <b>VILA POUCA DE AGUIAR</b>  Feliciano Andrade Carlos Ambrósio <b>VILA REAL</b>  Artur Vaz António de Magalhães <b>Viseu</b> <b>ARMAMAR</b>  Norberto Cardoso Pinto Américo Moreira <b>CARREGAL DO SAL</b>  Luís Fidalgo Jorge Gomes <b>CASTRO DAIRE</b>  José Fernando Pereira Albino Ramos <b>CINFÃES</b>  José Pereira Pinto Mário Silva	<b>LAMEGO</b>  José António Almeida Santos Agostinho Ribeiro <b>MANGUALDE</b>  João Azevedo Acácio Fernandes <b>MOIMENTA DA BEIRA</b>  José Eduardo Lopes Ferreira Alcides Sarmento <b>MORTÁGUA</b>  Afonso Abrantes Acácio Fernandes <b>NELAS</b>  José Lopes Correia José Borges dos Santos <b>OLIVEIRA DE FRADES</b>  Manuel Almeida José Simões Almeida <b>PENALVA DO CASTELO</b>  Gabriel Albuquerque Costa José Lopes Ferreira <b>PENEDONO</b>  Miguel Lopes Martins Não concorreu <b>RESENDE</b>  António Leitão Borges Garcês Trindade <b>SANTA COMBA DÃO</b>  Orlando Mendes Lauro Gonçalves <b>S. JOÃO DA PESQUEIRA</b>  Vladimiro Silva Eduardo Frederico <b>SÃO PEDRO DO SUL</b>  Vitor Barros Avelino Almeida <b>SÁTÃO</b>  Celso Oliveira Neto Manuel Oliva	<b>SERNANCELHE</b>  Mário Sobral Abílio Carvalho <b>TABUAÇO</b>  João Ribeiro Cristina Carvalho <b>TAROUCA</b>  Mário Ferreira José Carvalho <b>TONDELA</b>  Sílvia Correia Rui Nunes dos Santos <b>VILA NOVA DE PAIVA</b>  José Morgado Ribeiro Carlos Diogo Pires <b>UISEU</b>  Miguel Ginestal António Correia de Campos <b>VOUZELA</b>  Adélio Silva Fonseca Raquel Ferreira <b>Açores</b> <b>ANGRA DO HEROISMO</b>  José Pedro Cardoso Ricardo Barros <b>CALHETA DE SÃO JORGE</b>  Rogério Vieiros César Gonçalves <b>CORVO</b>  Fernando Pimentel José Mendonça <b>HORTA</b>  João Castro Jorge Castro <b>LAGOA</b>  João Ferreira Ponte João Moniz Sousa <b>LAJES DAS FLORES</b>  Luís Maciel Paulo Almeida dos Reis	<b>LAJES DO PICO</b>  Manuel Paulino S. Costa Noélia Machado <b>MADALENA</b>  Manuel Furtado Hernâni Jorge <b>NORDESTE</b>  Nuno Amaral Nuno Alexandre Costa <b>PONTA DELGADA</b>  José San-Bento Maria Piedade Mano <b>POVOAÇÃO</b>  Carlos Ávila Henrique Ventura <b>PRAIA DA VITÓRIA</b>  Roberto Monteiro Fernando Ferreira da Rocha <b>RIBEIRA GRANDE</b>  Ricardo Silva Eduardo da Silva Vieira <b>STª CRUZ DAS FLORES</b>  Manuel Silva Pereira Manuel Santos Rosa <b>STª CRUZ DA GRACIOSA</b>  José Manuel Ávila Manuel Gil Lobão <b>SÃO ROQUE DO PICO</b>  Paulo Jaime Goulart Arlindo Bettencourt <b>VELAS</b>  Fátima Silveira Manuel Soares Silveira <b>V.F. DO CAMPO</b>  Fernando Cordeiro Ricardo Rodrigues <b>VILA DO PORTO</b>  Nélia Monteiro	<b>Madeira</b> <b>CALHETA</b>  Luís Canha Ricardo Rodrigues <b>CÂMARA DE LOBOS</b>  Nilson Jardim Amândio da Silva <b>FUNCHAL</b>  Carlos Pereira Maximiano Martins <b>MACHICO</b>  Bernardo Martins João Bosco Castro <b>PONTA DO SOL</b>  José Manuel Coelho João de Abreu Ladeira <b>PORTO MONIZ</b>  Emanuel Câmara Emanuel Vasconcelos <b>PORTO SANTO</b>  Luísa Mendonça Ana Freitas Dias <b>RIBEIRA BRAVA</b>  Rui Caetano Alano Gonçalves <b>SANTA CRUZ</b>  Filipe Sousa Gil Tristão França <b>SANTANA</b>  Adelino Silva António Batista Rosa <b>SÃO VICENTE</b>  João Carlos Gouveia Daniel Drumond
--	--	--	--	--	---	---	--

EMANUEL MARTINS EM ENTREVISTA

# UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO NUMA "OEIRAS DIGITAL"

*Um projecto inovador, assente num novo paradigma de desenvolvimento sustentado, amigo do ambiente e das novas tecnologias, que coloque o concelho na rota do plano tecnológico, é o compromisso central da candidatura de Emanuel Martins à presidência do município de Oeiras, no quadro de "uma mudança tranquila".*

*Em entrevista ao "Acção Socialista", Emanuel Martins defende ainda que é preciso "uma maior transparência na gestão camarária", propondo-se, caso vença as eleições de 9 de Outubro, criar a figura do provedor do Município e realizar o "Fórum Permanente para a Cidadania", bem como lançar a "Carta da Qualidade Urbanística", de forma a travar o crescimento desordenado do betão, causador da perda da qualidade de vida que se tem vindo a acentuar no concelho.*

## O que tem para oferecer de novo e de diferente aos oeirenses?

Um projecto inovador e de futuro, uma equipa competente e com conhecimentos multidisciplinares e uma atitude transparente na forma de fazer política.

## Qual o significado da "mudança tranquila" que promete para Oeiras?

Significa que somos os únicos que podem mudar o paradigma de construir sem planeamento, sem projecto, sem atentar ao ordenamento do território; mas fazendo-o de uma forma descomprometida dos conflitos que abalam o PSD/Oeiras, somos os únicos capazes de envolver e motivar todos os oeirenses para um novo ciclo de desenvolvimento.

## No seu programa propõe maior transparência na gestão camarária. Pode especificar?

A administração dos dinheiros públicos exige rigor, eficácia e sobretudo transparência. Quando no nosso programa nos comprometemos a criar o provedor do Município e a realizar o "Fórum Permanente para a Cidadania", o qual consiste em reuniões abertas do executivo com os cidadãos de seis em seis meses a fim de discutir a Polis e os seus problemas, procuramos dar voz à sociedade civil e aos seus problemas. Por outro lado, pretendemos que a realização das reuniões de Câmara e Assembleia Municipal possam ser vistas "on-line".

## Em que bases assenta o "novo ciclo de desenvolvimento" que quer para Oeiras?

Oeiras sofreu um grande surto de desenvolvimento aquando da construção da A5 até Cascais. As muitas empresas e famílias que a escolheram para lá residirem, e a perspectiva do crescimento deste fluxo a norte da A5, implicam que se aposte na construção de um Metro ligeiro de superfície nesta zona, criando assim mais mobilidade e atracção no futuro. A auto-estrada do conhecimento é outra das vias de desenvolvimento que preconizamos. Dotar o concelho de uma rede wireless, com suporte na Câmara e suas freguesias, oferecendo aos munícipes e às empresas acesso a serviços e informação que, por norma, são motivo de deslocções várias e perdas de tempo, é motivo de mais-valia inquestionável.

## Uma das suas apostas é "a inovação". Que medidas tem previstas nesta área?

"Oeiras Digital" com algumas das potencialidades atrás explicadas, a utilização da Câmara como browser para empresas e munícipes, a utilização da Rede para suporte de comunicações (I-VOIP) permitindo a comunicação sem custos dentro do concelho, e a construção do Grande Museu da Ciência, da Tecnologia e das Biotecnologias, que se afirma como pólo de atracção dentro e fora de Portugal, colocam-nos na rota do choque tecnológico" que José Sócrates exigiu para o país.

## Em que é que se traduz um dos seus compromissos mais recentes de uma maior mobilidade para os cidadãos portadores de deficiência?



É imperativo que se cumpra e Lei que contempla os cidadãos com mobilidade reduzida. Por isso em todos os serviços públicos, ou com participação do município, estes terão acessibilidade garantida. E realizaremos, no âmbito de um acordo com a CP, rampas de acesso nas estações dos comboios da Linha de Cascais que fiquem dentro do nosso concelho, para facilidade de acesso e saída destes cidadãos.

## Oeiras tem vindo, nos últimos anos, a declinar na qualidade de vida, assistindo-se, nomeadamente, ao crescimento exponencial do betão. Como pensa inverter esta tendência?

Realizando a "Carta da Qualidade Urbanística" e acabando de vez com a figura ilegal dos loteamentos, exigindo em cada caso de reordenamento urbano Planos de Pormenor, como determina a Lei. O betão que constrói hospitais, creches, centros de idosos, escolas e outros equipamentos, não pode ser considerado o causador da perda de qualidade de vida. Já a ausência de um desenvolvimento sustentado e não planeado está na origem deste fenómeno, que já leva muitas pessoas e empresas a abandonarem Oeiras nos dias de hoje.

## Se for eleito presidente o que fará

## para combater a especulação imobiliária no concelho?

Colocando as cooperativas de habitação como factor de oferta de habitação a preços mais de acordo com as possibilidades dos necessitados, e utilizando-as como forma de regular os movimentos especulativos. É um facto adquirido que as cooperativas de habitação no concelho de Oeiras constróem com qualidade e a preço acessível.

## Quais considera os seus principais adversários na corrida à presidência do município?

O escasso tempo que tivemos para realizar a nossa pré-campanha, a sua adequação à figura do candidato e vice-versa ou mesmo para a divulgação das nossas propostas. O outro adversário é a bipolarização que emerge das duas candidaturas do PSD, de dois presidentes de câmara (ex e actual) que é factor de mediatismo – mesmo pelos piores dos motivos – que, desde o início, deu azo a que a comunicação social quase ignorasse a qualidade das nossas propostas.

## Que balanço faz da pré-campanha que tem vindo a realizar junto da população e das forças vivas do concelho?

As "forças vivas" do nosso concelho, mesmo quando integram pessoas de

outra candidatura, dizem-nos que temos o melhor programa e que vêm na minha pessoa, até pelas provas dadas, a capacidade de quem decida, por que anseiam. A aceitação da nossa equipa é algo que nos apraz registar. Mas, muitas vezes, tal como o partido fez, muitas e muitos dizem que sou "o seu segundo", algo que trabalhamos por transformar na sua decisão final. O calor humano tem sido uma constante.

## Como vê do ponto de vista ético e da qualidade da democracia a candidatura de Isaltino Morais?

É óbvio que o disposto na Lei não inibe este de se candidatar. Mas quem tem Paulo Pedroso como camarada e amigo, e assiste à atitude correcta com que este espera pela decisão do seu processo para nos voltar a dar o muito da sua competência, fica um pouco sem norte. O ex-presidente da câmara de Oeiras, Carlos Cruz pode ser nomeado presidente da Comissão de Protecção de Menores, mas eu que acredito que ninguém é culpado sem sentença transitada em julgado, creio que a democracia merecia dos que têm como obrigação servi-la, que assumissem a postura ética de esperarem um desfecho favorável, até se candidatarem de novo. A bem da qualidade da democracia.

J.C. CASTELO BRANCO



VÍTOR PEREIRA EM ENTREVISTA

# APROVEITAR O IMENSO POTENCIAL DA COVILHÃ

*Construir um projecto centrado nas pessoas e para as pessoas é a razão que anima a candidatura de Vítor Pereira à presidência da Câmara Municipal da Covilhã, que afirma pretender lançar as bases de um plano de desenvolvimento económico e social, orientado pelos princípios da solidariedade e da igualdade de oportunidades, que tem como prioridade a fixação de empresas no concelho e a coesão social. Em entrevista ao "Acção Socialista", Vítor Pereira não poupa críticas aos 12 anos de gestão da maioria PSD na autarquia, que acusa de "autoritarismo" e de "ausência de estratégia". Caso seja eleito, implementará com carácter de urgência o Gabinete de Apoio ao Investidor e a Plataforma Municipal de Emprego.*

## Qual a razão que o motiva a candidatar-se a presidente da Câmara da Covilhã?

São muitas as razões que me levaram a abraçar este desafio. Aceitei essencialmente porque quero que os meus e os filhos dos covilhanenses cresçam e vivam no concelho da Covilhã com melhores oportunidades de vida, com melhor educação, mais emprego, de uma forma aprazível nesta bonita terra, em pleno coração da Cova da Beira, numa cidade, num concelho e numa região com que plenamente se identifiquem e de que se orgulhem. Candidatei-me por considerar que tenho a determinação, a vontade e a capacidade de agregar as pessoas e as instituições da cidade e da região, de construir um projecto centrado nas pessoas e para as pessoas. E porque acredito na Covilhã, no seu concelho e nas suas gentes que bem têm dado mostras das suas potencialidades, da sua força e das suas capacidades.

## Quais as prioridades programáticas em que assenta a alternativa socialista que protagoniza para o município?

As minhas prioridades estão direccionadas para as questões de natureza económica e de apoio ao emprego. A par das políticas de desenvolvimento económico darei especial atenção às questões de natureza social e às políticas direccionadas aos jovens, funcionando o município como motor de uma estratégia integrada de intervenção económica e social.

## Quais as traves-mestras em que deve assentar uma política de desenvolvimento sustentado para o concelho?

Pretendo lançar as bases de um plano de desenvolvimento económico e social, orientado pelos princípios da solidariedade e da igualdade de oportunidades, que têm como prioridade a fixação de empresas no concelho, a criação de emprego e a coesão social. Só é possível desenvolver economicamente a Covilhã, com um verdadeiro plano de apoio aos sectores económicos preponderantes no concelho, isto é, a indústria, os serviços e o comércio, não esquecendo nunca, como tem acontecido, a agricultura, a floresta e o ambiente, já que o concelho tem nestes domínios um imenso potencial em termos de produtos agrícolas, florestais e ambientais.

A acção política no domínio económico será complementada com a implantação no concelho de políticas sociais mais abrangentes, que vão desde o apoio social aos mais jovens, aos cidadãos portadores de deficiência, aos cidadãos com dificuldades de integração, aos mais pobres, aos idosos e aos desempregados de longa duração e outras pessoas absolutamente carenciadas.

## O que está a pensar fazer para atrair investimento de forma a desenvolver economicamente a Covilhã?

A dinamização económica e a promoção de emprego deverão ser impulsionadas pelo Gabinete de Apoio ao Investidor, que implementarei com carácter de urgência, pela criação de incentivos à fixação de projectos empresariais de investigação, de novas tecnologias, de inovação e de tecnologias da saúde, esta última com particular importância mercê da existência da Faculdade de Medicina na Covilhã, pelo lançamento de uma



campanha nacional e internacional de divulgação do concelho e da região com a clara definição dos incentivos à fixação de empresas, pela criação de uma empresa de capital de risco municipal que visa apoiar a criação de micro, pequenas e médias empresas em sectores considerados prioritários e pela definição de uma Plataforma Municipal de Emprego, com participação dos centros de formação, das escolas, das associações, dos empresários, dos sindicatos e da população em geral.

## Quais os principais problemas que identifica no município?

Apesar das obras e do crescimento urbanístico conduzida pela maioria PSD nos seus 12 anos de mandato efectivo, a Covilhã encontra-se numa difícil situação económica e social. O autoritarismo e a ausência de estratégia deitaram a perder milhões e milhões de contos em investimento público não reproduzido e sem que a Covilhã tivesse sido apetrechada com coisas básicas que qualquer cidade de pequena e média dimensão já possui. A Covilhã apesar do endividamento e das privatizações não tem uma barragem, não tem uma piscina aquecida, uma piscina de lazer, um pavilhão gimnodesportivo municipal, um centro cultural e de congressos, e tantas outras estruturas essenciais.

Acresce, a este cenário que descrevi, a preocupante dívida de 92 milhões de euros que colocou a Covilhã no rol das

45 câmaras que estão proibidas de se endividar. A par desta situação constata-se que a população está envelhecida e não há rejuvenescimento, as empresas que mais trabalhadores empregavam faliram, designadamente no sector têxtil, pelo que o concelho da Covilhã tem actualmente cerca de 3200 desempregados (mais do que os de Castelo Branco e Guarda juntos).

## Como pensa promover a participação da população na tomada de decisão, no quadro de uma cidadania activa?

O meu projecto para a Covilhã está determinado em dar o seu contributo para persuadir os municípios a participarem e ajudarem na causa política, começando desde logo pelos mais jovens com um programa para a educação cívica e da participação na vida pública e social. Interessar os municípios pelos processos e formas de tomada de decisão, através do debate público que deverá envolver as instituições e os cidadãos. É uma das minhas apostas contando, naturalmente, nesta tarefa com o pujante movimento associativo do concelho da Covilhã, para além de adequadas permanentes campanhas de sensibilização e divulgação.

## O que podem esperar os cidadãos do concelho da sua gestão à frente dos destinos do município?

Os covilhanenses contarão da minha

parte com uma gestão transparente, determinada, ambiciosa e geradora de progresso económico e social. Contarão com uma verdadeira estratégia de afirmação regional e nacional para o concelho, de uma relação diferente com os municípios vizinhos, com as colectividades, com as instituições e com o Governo e com os municípios, apostará na atracção de capitais, na criação de emprego, na qualificação das pessoas, na educação e apoio social, ou seja, uma verdadeira política virada para as pessoas e para a resolução dos seus problemas.

## Que critérios estiveram na base da escolha da equipa que o vai acompanhar na corrida à presidência da câmara?

A competência, a capacidade de trabalho, a determinação, a coragem e a seriedade foram os critérios que nortearam a

minha escolha e determinaram o convite que lhes formulei para que integrassem a equipa. São socialistas com provas dadas, considerados política e socialmente como pessoas capazes e empenhadas no projecto que muito sucintamente descrevi nesta entrevista.

## Que balanço faz da gestão da actual maioria da câmara?

Apesar das obras e do empenho de algumas pessoas, a actual maioria deitou tudo a perder. Temos uma cidade que cresceu urbanisticamente, embora de uma forma desordenada e caótica. E apesar de a Covilhã ter recebido do poder central e da União Europeia muitos milhões de contos, de ter uma preocupante dívida de 92 milhões de euros e de ter alienado as rendas das habitações sociais e os rendimentos do estacionamento subterrâneo e à superfície das próximas décadas, não criou as estruturas que qualquer cidade de pequena e média dimensão do interior possui. A ausência de estratégia, que se pautou pela gestão das questões correntes em função do calendário eleitoral, o autoritarismo, a falta de rumo, a incapacidade e a falta de força necessária para estabelecer prioridades e garantir a qualidade e o carácter reproduzido do investimento público efectuado, evidenciam que este estilo de liderança, com a concentração e cristalização do poder durante 12 anos nas mãos da mesma pessoa, empobreceu a cidade.

# REFERENDO SOBRE INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DE GRAVIDEZ APROVADO NO PARLAMENTO

A posição do Partido Socialista sobre a interrupção voluntária da gravidez é clara e conhecida de todos. Está no seu programa eleitoral e no programa do Governo.

Dando cumprimento à promessa feita aos eleitores, o Grupo Parlamentar do PS propôs na Assembleia da República a realização de um novo referendo sobre a despenalização do aborto, iniciativa que foi aprovada com os votos do PS e do BE.

Aprovada a realização desta nova consulta popular, o Partido Socialista propõe agora que o referendo se realize no dia 27 de Novembro, aguardando a decisão do Presidente da República (PR), Jorge Sampaio, a quem cabe a última palavra sobre a convocação ou não do referendo.

Para que a vontade do PS possa ser concretizada, o PR terá que decidir até 18 de Outubro, uma vez que a lei do referendo determina que as consultas sejam efectuadas com um prazo mínimo de 40 dias.

Na perspectiva dos responsáveis socialistas, a data que defendem está razoavelmente afastada quer das eleições autárquicas de 9 de Outubro, quer das presidenciais previstas para o primeiro mês de 2006, facto que permite o cumprimento dos prazos constitucionais e legais para a marcação da consulta.

## Cumprir uma promessa eleitoral

Coube ao deputado Vera Jardim a defesa da proposta do PS no Parlamento sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG).

Segundo o deputado socialista, o PS com a apresentação do seu projecto de resolução "cumprir o último passo do seu compromisso eleitoral sobre a matéria" dando novamente, como referiu, "voz aos portugueses sobre a IVG, nos exactos termos do referendo, que teve lugar há mais de sete anos, então com resultados não vinculativos".

Como fez questão de recordar, "o que

está em causa não é, como nunca foi, a liberalização do aborto". O que está em causa, reforça, "é saber em que condições o aborto pode ser justificado".

Para Vera Jardim, andámos os últimos sete anos a assistir a julgamentos de mulheres com base numa lei injusta que não tem levado em conta as reais condições sociais e culturais do país. De facto, a discussão sobre a IVG tem vindo a ocupar um espaço bem visível no debate democrático, nomeadamente, como recordou Vera Jardim, "desde a revisão do Código Penal, em 1984". Para este deputado socialista, tem sido sobretudo a propósito da criminalização nos primeiros meses de gravidez, que as iniciativas políticas e os debates têm sido mais acessos.

A prática de aborto, como o PS repetidamente tem vindo a reconhecer, "é sempre uma ocorrência negativa". Desde logo, precisou Vera Jardim, para a própria mulher, que se vê "colocada na situação de ter de decidir sentindo dentro de si o entrecocar de emoções e valores".

A ideia que subjaz à proposta socialista, lembrou ainda o deputado do PS aponta no sentido de não penalizar a mulher que é levada a tomar uma decisão de tamanha gravidade, "cerceando injustificadamente a sua liberdade e autonomia". A proposta de resolução do PS, afirmou o deputado socialista, pretende melhorar as condições em que essas difíceis decisões são tomadas, não criminalizando as mulheres, evitando assim diminuir de forma injustificada, como sucede agora, a sua liberdade e autonomia.

Recorde-se que o actual dispositivo legal sobre a matéria já permite o recurso ao aborto num conjunto de situações como seja o caso de a mulher poder correr perigo de vida, o aborto eugénico e nos casos de gravidez originada por violação.

O que se trata de saber agora, disse Vera Jardim, é se a lei poderá evoluir para outras plataformas, "designadamente se se abrirá a uma efectiva despenalização



nas primeiras dez semanas a seguir à concepção".

O que está em causa e que se pretende sujeitar a referendo, disse ainda este ministro da Justiça, encontra-se num justo equilíbrio entre os direitos da mulher e o interesse da protecção da vida intra-uterina.

Nada impõe que a defesa da vida intra-uterina prevaleça em todos os casos "como já não prevalece agora", sobre a liberdade, autonomia e auto-determinação da mulher.

Estes são direitos, defende o deputado socialista Vera Jardim, "que fazem parte integrante do estatuto constitucional de cidadania". É que a Constituição, lembra, "consagra para além disso expressamente o direito à dignidade, à maternidade consciente e ao livre desenvolvimento da personalidade". Como defendeu, "se temos que levar a sério a protecção do feto, não podemos levar menos a sério o direito das mulheres de decidirem com autonomia e responsabilidade no que diz respeito ao livre e consciente percurso do seu caminho na vida".

Por isso, e porque o assunto requer cuidados vários que mexem com sensibilidades diversas, "a proposta do PS é a que mais equilibradamente resolve os conflitos de valores e interesses em jogo".

## PS garante que os portugueses vão ser ouvidos

O Partido Socialista garante que vai fazer tudo o que estiver ao seu alcance para voltar a ouvir os portugueses em referendo sobre a despenalização do aborto, não podendo, contudo, garantir a data exacta dessa consulta popular.

"O que afirmamos é que o referendo deverá ser realizado o mais rapidamente possível". Quanto a datas precisas, disse ainda Vera Jardim na sua intervenção no plenário da Assembleia da República, "cabe ao Presidente da República, no exercício das suas funções constitucionais, definir a data do referendo".

O que sabemos, reforçou ainda este deputado do PS, "é que a sociedade portuguesa está suficientemente amadurecida para assumir as suas

responsabilidades no que respeita a esta matéria", sete anos passados sobre o último referendo, onde um "stock de novas informações científicas foram acumuladas, cenário a que se podem juntar assinaláveis avanços nas ciências da vida e nas políticas de saúde sexual e reprodutiva entretanto já alcançados nas sociedades contemporâneas europeias". Para o primeiro-ministro, trata-se, antes de mais, de uma questão de honra. "Este é o momento certo para se fazer um referendo sobre a despenalização do aborto".

José Sócrates diz compreender o facto de "parte da oposição se manifestar contra a pretensão do PS de levar em frente este referendo". Contudo, deixa bem claro, "não é esse o nosso ponto de vista". Para nós, adianta o primeiro-ministro, "não se trata de uma matéria de oportunismo político. Não olhámos para o calendário verificando qual seria o momento mais oportuno para o PS". Está no programa, diz, e todos o sabiam. "Nós prometemos isso aos portugueses e vamos cumprir".

R.S.A.

## LEI DA ÁGUA

# DEPUTADOS RATIFICAM DIPLOMA DO GOVERNO

A Lei da Água, aprovada em Conselho de Ministros em Junho passado, no dia Mundial do Ambiente, foi esta semana ratificada pela Assembleia da República. As novas regras da política e gestão da água respondem para a ordem jurídica nacional a directiva comunitária sobre a matéria, cujo incumprimento se arrastava desde Dezembro de 2003.

Ultrapassado este contratempo, vai ser definido um novo sistema institucional para a gestão da água, bem como o quadro jurídico para a sua utilização. Fixados ficaram os objectivos

ambientais e os procedimentos de monitorização da qualidade da água e um novo regime de contra-ordenações. O novo sistema confere ao Instituto da Água (INAG) a condição de Autoridade Nacional da Água, ficando este organismo responsável pelas funções de planeamento, coordenação e regulação. Concretiza-se, por outro lado, uma antiga ambição há muito defendida pelo Partido Socialista, segundo o qual a gestão dos recursos passará a ser feita por bacia hidrográfica, com a criação de cinco Administrações de Região Hidrográfica,



cujas sedes coincidem com as actuais Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

Serão estas entidades que ficam directamente responsáveis pela gestão da água, assumindo competências de planeamento, licenciamento e fiscalização, funções que até hoje estavam na alçada da CCDR.

Preocupado com a boa qualidade e correcta utilização dos nossos recursos hídricos, o diploma agora aprovado estabelece um novo regime de contrapartidas financeiras pela utilização

do domínio público hídrico, de forma a incentivar um aproveitamento eficiente da água, promovendo simultaneamente a sua sustentabilidade.

O texto final da nova lei da água foi aprovado por larga maioria parlamentar na Comissão do Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território.

Para o deputado socialista Renato Sampaio, esta "não é uma lei de mercantilização da água", sendo abusivo, refere, tirar a ilação que possa apontar para "um modelo empresarial".

R.S.A.



## EDUCADORES DE INFÂNCIA

# SOCIALISTAS PROPÕEM REGULARIZAÇÃO DA CARREIRA DE AUXILIARES

Tendo em vista qualificar profissionalmente os auxiliares de educadores de infância habilitados com cursos de formação, o Grupo Parlamentar do PS apresentou um projecto de lei que visa alargar o âmbito da aplicação da legislação em vigor.

Ao retomar esta iniciativa que foi apresentada pelo PS na anterior legislatura, o Partido Socialista manifestou a sua concordância ao parecer do provedor de Justiça, no sentido de garantir aos educadores de infância a igualdade de tratamento e não a discriminação, como sucede presentemente, no que concerne à contagem do tempo de serviço prestado nas categorias de pessoal auxiliar para efeitos de progressão na carreira docente. Com a apresentação deste projecto de lei, pretende-se estabelecer uma outra regra da mais elementar justiça social, reconhecendo aos profissionais deste sector a contagem do tempo de serviço também para efeitos de aposentação.

Finalmente, entendeu o Grupo Parlamentar do Partido Socialista incluir na presente iniciativa legislativa uma alteração ao decreto-lei que regulamenta actualmente a profissão, que determina a transição dos auxiliares de educação dos serviços e estabelecimentos do sector da segurança social para a carreira de educador de

infância, visando eliminar aquilo que considera ser o limite à progressão estabelecido no actual diploma legal que rege a profissão.

Proposto é também que os auxiliares de educação dos serviços em estabelecimentos do sector da segurança social transitem para a carreira de educadores de infância, ficando a respectiva progressão limitada ao 3º escalão da carreira do pessoal docente.

Para o PS importa repor a paridade entre os educadores de infância da área da segurança social e os do quadro único do Ministério da Educação, que, refere o PS, em condições idênticas, transitaram para a referida categoria.

## Ministério pondera licenças sabáticas para docentes do 1º ciclo

O Ministério da Educação está a apreciar a hipótese de atribuir dispensas da actividade lectiva aos educadores de infância e professores do 1º Ciclo como compensação pelo aumento da idade de reforma.

Isto mesmo foi defendido pelo secretário de Estado Adjunto, Jorge Pedreira, referindo que há a possibilidade de atribuir períodos



de dispensa ao longo da carreira. “uma espécie de licenças sabáticas da componente lectiva destes professores, que se mantinham ao serviço da escola, por exemplo, nas actividades extracurriculares”, sublinhou este responsável do Ministério da Educação.

Com o objectivo de reunir consensos, sobre este e outros assuntos, o secretário de Estado Adjunto já reuniu com as principais federações sindicais ligadas à educação, negociando a revisão das condições de aposentação dos educadores de infância e professores do 1º ciclo, que actualmente podem reformar-se com 55 anos e 30 de serviço, ou, como alternativa, com 52 anos de idade e 32 de serviço.

Recorde-se que estes professores beneficiam de condições especiais de aposentação por não terem uma redução do horário ao longo do tempo de serviço, como sucede com todos os restantes docentes dos diversos níveis de ensino. O que agora se pretende é fazer convergir este regime especial com toda a Administração Pública, de forma gradual até 2021.

Para Jorge Pedreira, estes professores não podem ter redução da componente lectiva ao longo da sua carreira, uma vez que trabalham em regime de monodocência, “mas podemos e devemos estudar outras formas de compensação como os períodos de dispensa”.

O que agora está em discussão entre o Ministério da Educação e os representantes dos trabalhadores, diz este responsável governamental, “é negociar com as estruturas sindicais em que fase da carreira devem ser atribuídas essas licenças sabáticas, assim como a sua periodicidade”.

Da primeira ronda de negociações, refere Jorge Pedreira, saiu “uma concordância de princípio com os sindicatos relativamente à necessidade de estabilizar o corpo docente”, que, na opinião do secretário de Estado Adjunto, “constitui um assunto de prioritária importância”, tendo em vista,

como refere, a “indispensável estabilização, quer dos alunos e das escolas, quer dos próprios professores”.

Estabilização dos professores nas escolas que, na opinião deste responsável do Ministério da Educação, só se conseguirá “através da limitação do número de vagas postas a concurso ou eliminando os mecanismos de mobilidade dos docentes”.

Para Jorge Pedreira, alterar ou estancar significativamente a mobilidade dos docentes, passa, segundo a sua perspectiva, por colocar limites aos recursos dos destacamentos, não sendo contudo aconselhável, como também reconhece, “acabar de vez com este expediente”, porque, lembra, “não é de todo possível deixar que o sistema funcione de forma objectiva sem o recurso aos destacamentos, sobretudo para aqueles que têm a ver com condições específicas”.

Recorde-se que o primeiro-ministro José Sócrates, anunciou, há menos de duas semanas, que o próximo concurso de professores será válido por períodos de três a quatro anos, para acabar, como referiu, “com a instabilidade permanente no ensino”.

R.S.A.

## HÁ UMA NOVA ESTRATÉGIA PARA O SECTOR ENERGÉTICO

### A Assembleia da República deliberou constituir uma comissão eventual de acompanhamento, prevenção, vigilância e combate aos incêndios florestais.

Sob proposta do PS foi aprovado por unanimidade na Assembleia da República a criação de uma comissão de acompanhamento das medidas de prevenção, vigilância e combate aos fogos florestais. O Parlamento, passará a ter, através da comissão especializada agora criada, a responsabilidade de acompanhar, definir, executar e avaliar o impacto que os fogos florestais produzem na floresta portuguesa, não devendo contudo, como também ficou determinado, descurar a reforma estrutural ao nível do ordenamento florestal.

O problema dos fogos florestais tem vindo a assumir contornos de tal gravidade em Portugal que o Governo do PS se viu perante a necessidade, pela primeira vez no nosso país, de tomar um conjunto de iniciativas inovadoras capazes de encarar de frente este problema.

O ministro da Administração Interna, consciente desta realidade, lembrou em finais de Agosto que os incêndios florestais consumiram desde o início do ano cerca de 240 mil hectares, um valor, disse, obtido através das imagens de satélite.

A este preocupante panorama, sublinhou ainda António Costa, há que referir que no terreno, e até finais de Agosto, o país sofreu na sua área florestal incêndios que atingiram perto de 167 mil hectares, dados confirmados pela Direcção-Geral de Recursos Florestais, em resultado de quase 29 mil incêndios.

Os distritos de Coimbra, Aveiro, Leiria e Vila Real foram os mais atingidos, com um total de mais de 77 mil hectares aridos.

Para se ter uma ordem de grandeza da devastação que os fogos florestais têm vindo a produzir na floresta portuguesa, refere-se que em 2004 arderam no país cerca de 130 mil hectares, tendo-se registado no ano anterior o pior das duas últimas décadas, 426 hectares de área ardida.

Para o secretário de Estado da Administração Interna, o problema dos fogos florestais atingiu tal dimensão, no início de século e de milénio, que obrigatoriamente teria de ser colocado no topo das principais preocupações políticas.

Para Ascenso Simões, perante esta desgraça, “ninguém nos perdoaria se continuássemos de braços cruzados a acreditar que o futuro seria melhor”. Os problemas do desenvolvimento do mundo rural, do ordenamento do território, da gestão florestal, da propriedade e da relação com a floresta, defende este

responsável político, “são demasiado importantes para se calar a voz dos que clamam medidas”.

### Conhecer o território

Melhores e mais eficazes medidas é pois o caminho decidido que o Governo do PS quer percorrer no combate aos fogos florestais.

Como recorda o secretário de Estado da Administração Interna, de 2003 até hoje foram tomadas muitas medidas legislativas e desenvolvidos esforços na área de um melhor conhecimento da realidade do território. A criação de Gabinetes Técnicos Florestais hoje já implantados em muitos municípios, a elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, são, para Ascenso Simões, “bons passos entretanto dados”. Neste âmbito, reforça, “é relevante a elaboração do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios” que, recorda, “está em fase de conclusão”.

Também ao nível do combate aos fogos, na opinião do secretário de Estado, “se têm feito francos progressos”, talvez mais significativos e visíveis, reconhece, “que nas áreas da prevenção e protecção”. De facto, lembra, melhorou-se a estrutura de comando, formaram-se homens para o uso de técnicas manuais de combate, integraram-se as comunicações, procedeu-se a mais adequada interligação

entre os Centros Distritais de Operações de Socorro (CDO) e os Centros de Prevenção e Detecção (CPD), havendo, contudo, como reconhece, “um longo caminho ainda a percorrer”.

Com o objectivo de começar, desde já, a encurtar esse longo caminho que se afigura difícil, o Governo tem vindo a tomar um vasto conjunto de medidas que muito em breve produziram efectivos resultados práticos, segundo Ascenso Simões.

É o caso, por exemplo, da actualização dos registos de propriedade, as iniciativas no âmbito dos cadastros, medidas de carácter fiscal, como a dupla vertente de penalizar os incumpridores e bonificar as práticas saudáveis, a criação do Fundo de Gestão Imobiliário Florestal ou as propostas de alteração da legislação em relação aos perímetros de segurança e ao regime de calamidade pública. Também no que respeita às políticas de desenvolvimento rural se tem vindo a detectar, na opinião do secretário de Estado da Administração Interna, “uma forte aposta e importante empenhamento do actual Governo” preparando-se o Executivo, lembra, para apresentar em Bruxelas, no âmbito do próximo Quadro de Apoio da UE, a sua proposta.

Igualmente se está a melhorar aspectos tão significativos e determinantes na operacionalização de toda a problemática do combate aos fogos florestais como a

detecção, combate, rescaldo e vigilância. Desde logo, reforça, através de uma nova aposta na potencialização do trabalho da GNR, enquanto entidade importante na prevenção, “quer seja em postos pré-localizados quer situando a sua actuação por meios apeados ou motorizados”. Por outro lado, lembra ainda Ascenso Simões, de referir a importante decisão de “integrar os CPD nos estados-maiores distritais, passando de uma estrutura unipessoal para uma entidade plural e multidisciplinar”.

Como medida não menos corajosa, lembra o secretário de Estado, há ainda a referir a decisão do Governo de ultrapassar o conceito até agora aceite da época oficial de incêndios florestais, passando a manter uma vigilância efectiva do território florestal português durante todo o ano. Finalmente de salientar a aposta que o Executivo fez na criação em permanência de uma esquadra própria de meios aéreos de combate a incêndios, através da utilização, numa primeira fase, de quatro aviões pesados e de dez helicópteros, medida reconhecida por todos com configurando uma assinalável coragem política mas que o Governo defende como sendo apenas um primeiro passo no longo caminho para dotar o Estado e as autarquias locais com os meios eficazes e operacionais de combate a um dos maiores flagelos dos nossos dias.

R.S.A.

## IMPOSTO AUTOMÓVEL

## ALTERADO MECANISMO DE CÁLCULO

*A defesa e a qualidade do ambiente são bens preciosos para o actual Governo. Nesse sentido, o Executivo liderado por José Sócrates acaba de aprovar medidas relativas ao cálculo do IVA que visam também contribuir para um combate sério e eficaz às preocupantes alterações climáticas.*

Coincidindo com o dia sem carros, o Governo aprovou três diplomas tendo em vista incentivar a utilização de veículos e tecnologias menos poluentes.

Nesta perspectiva, o Conselho de Ministros determinou alterar a base de cálculo que vinha a ser aplicada ao Imposto Automóvel (IA), sustentada unicamente na cilindrada, estabelecendo novos princípios que passam agora a considerar também o factor ambiental, traduzido pelos níveis de emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) de veículos de passageiros novos ou usados. Com esta decisão governamental, dá-se o primeiro passo para a tão desejada e reclamada reforma do modelo de tributação dos veículos automóveis, apostando numa perspectiva de combate eficaz à poluição urbana, através, nomeadamente, do respeito pelo princípio do poluidor/ pagador, medida que está de acordo com as mais recentes propostas da Comissão Europeia (CE). De facto, e segundo foi determinado pela CE, a fiscalidade automóvel deve contribuir para minimizar os impactos ambientais negativos resultantes da entrada em circulação dos veículos com índices de poluição mais elevados, tentando reorientar a procura do mercado para veículos tecnologicamente menos poluentes.

O Governo garante, por outro lado, que ao rever o IA, medida que considera de particular importância, não está a mexer na carga fiscal. De facto, o novo modelo de tributação do Imposto Automóvel não provocará um aumento da carga fiscal no sector, "registando-se apenas uma redistribuição de modo a estimular opções mais amigas do ambiente", já a partir de

Julho de 2006, esclarece o Executivo. De acordo com o previsto pelo Governo, a diminuição da taxa que incide sobre a cilindrada será compensada pela componente ambiental, garantido assim, uma receita final equivalente para o Estado, penalizando, contudo, os veículos mais poluentes.

As alterações agora aprovadas em Conselho de Ministros serão introduzidas já no próximo Orçamento de Estado, a apresentar no Parlamento no dia 14 de Outubro.

O Governo aguarda agora que marcas e mercado procedam, tão rápido quanto possível, às modificações necessárias para que estas alterações à lei possam entrar em vigor na data agendada.

Para o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, a incorporação ambiental no cálculo do IA será processada de forma gradual, por forma a que, como salientou João Amaral Tomás, "o sector automóvel disponha de tempo para se adaptar às mudanças".

A intenção, esclareceu ainda aquele responsável, é para que no futuro o IA "adopte progressivamente uma discriminação positiva em relação aos veículos menos poluentes e uma discriminação negativa em relação aos mais poluentes". O peso da componente ambiental deverá, ainda segundo este responsável, aumentar nos próximos anos, "reduzindo-se também progressivamente a taxa sobre a cilindrada".

Sobre a eventual perda de receitas por parte do Estado, João Amaral Tomás referiu que o objectivo do Governo "é fazer com que a receita global de IA seja equivalente à actual", que representa presentemente cerca de mil milhões de euros.



Para o secretário de Estado do Ambiente, todas as medidas aprovadas no sentido do combate à poluição, são bem-vindas. Segundo Humberto Rosa, trata-se de um objectivo transversal a todos os departamentos do Governo, tendo em vista ajudar a combater as alterações climáticas que se registam no planeta.

#### **Incentivar o uso de transportes públicos**

Este responsável do Ministério do Ambiente lembrou a propósito que 24 por cento dos gases com efeito de estufa são provenientes dos automóveis, razão pela qual, reforça, "tem de haver um esforço de todos para uma maior utilização dos transportes públicos". Neste sentido, Humberto Rosa destacou os diplomas do Governo estabelecidos com as empresas transportadoras privadas da Área Metropolitana de Lisboa para a utilização de passes sociais e um outro que obriga os comerciantes de veículos a prestarem ao consumidor informação detalhada sobre os níveis de emissão de

CO<sub>2</sub> e o respectivo consumo de combustível de cada viatura.

A propósito do acordo que o Executivo estabeleceu com as empresas privadas de transporte, Pedro Silva Pereira, ministro da Presidência, referiu que a extensão, até final de 2006, da utilização de passes sociais custará ao Governo cerca de 9,1 milhões de euros, justificando esta despesa com o objectivo de desincentivar a utilização de veículos privados por parte dos cidadãos.

O acordo celebrado entre o Governo e as transportadoras privadas, abrange a Rodoviária de Lisboa, a Transportes Sul do Tejo, a Vimeca Transportes e a Scotturb. Também a associação ambientalista Quercus se mostrou satisfeita com esta medida agora anunciada pelo Governo socialista. Em finais do passado mês de Agosto, a Quercus tinha manifestado a opinião de que os compradores de viaturas a gásóleo sem filtros de partículas deveriam pagar mais 500 euros em IA, por considerar que estes motores são os principais responsáveis pela má qualidade do ar.

Como lembra esta associação de defesa do ambiente, um veículo com filtro de partículas ou um catalizador especial equivalente, consegue reduzir em cerca de 10 vezes as emissões de partículas para a atmosfera em comparação com um veículo sem este equipamento instalado.

As medidas agora aprovadas pelo Governo podem constituir um primeiro passo para a decomposição do actual IA em vários factores, lembrou ainda o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, nomeadamente com a "passagem para um imposto misto, em que uma parte é paga no momento da matrícula e a outra em prestações anuais".

Também a Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel (ANECRA) considerou positivo o agravamento do IA sobre os veículos mais poluentes determinado pelo Governo socialista.

Para esta associação, resta agora aguardar pela regulamentação detalhada, "de modo a preparar o sector e os consumidores em geral para as transformações que terão lugar a partir do próximo dia 1 de Julho".

R.S.A.

## ENERGIA

## GOVERNO DEFINE ESTRATÉGIA PARA O SECTOR

O Conselho de Ministros aprovou na generalidade as linhas estratégicas para o sector energético nacional, decisão que vai permitir que cada operador possa explorar, de forma simultânea, os sectores da electricidade e do gás natural.

A resolução do Governo estabelece ainda os contornos da segurança do abastecimento de energia, através da diversificação dos recursos primários e dos serviços energéticos e a forma como se poderá desenvolver a concorrência. A orientação do Conselho de Ministros aponta também para a promoção da defesa do consumidor, além de garantir uma mais adequada e correcta defesa do ambiente,

reduzindo, neste capítulo, os impactes ambientais às escalas locais, regional e global, nomeadamente, no que respeita à intensidade carbónica do PIB – em linha com a promoção do desenvolvimento sustentável e com os compromissos assumidos no âmbito do Protocolo de Quioto. O plano aprovado, denominado "Concorrência e Eficácia Energética", assenta na premissa sobre a regionalização do sector empresarial, perspectivando o Executivo um melhor funcionamento do mercado tendo em vista uma cada vez menor dependência energética face ao exterior, aumentando a capacidade de produção endógena, através de um forte

investimento nas energias renováveis, em linha com o concurso recentemente lançado para atribuição de 1800 MW de licenças para parques eólicos, o que na perspectiva do Executivo permitirá ajustar ao caudal de produção energética nacional aumentos significativos de eficácia no sector, diminuindo a dependência do peso dos combustíveis fósseis nas fontes primárias de energia. O Governo está convicto de que com a aprovação desta estratégia, será possível praticar melhores preços ao consumidor, bem como aumentar a qualidade dos serviços prestados, através da regulação e do aumento da concorrência nos

segmentos da produção e da comercialização do sector eléctrico e ainda na antecipação do calendário da liberalização do sector do gás natural.

O documento saído da reunião do Conselho de Ministros de 29 de Setembro refere ainda que brevemente serão aprovados brevemente um conjunto diversificado de medidas, incluindo a aprovação de nova legislação para o sector, nomeadamente a Lei de Bases do Sistema Eléctrico Nacional, a Lei de bases do Sector do Gás Natural e a Lei de Bases do Sector dos Petróleos, dispositivos legais que, segundo o Governo, estão em fase de finalização.

Tal como o ministro da Economia tem vindo a afirmar nos últimos meses, o plano governamental tende a apostar sobretudo na concorrência entre as várias empresas nacionais que actuam no sector, nomeadamente a Galp Energia e a EDP.

Manuel Pinto já tinha anunciado que o chumbo por parte do Tribunal Europeu da Comissão Europeia ao negócio do gás, tinha representado um ponto final no último obstáculo para que o Governo pudesse avançar com o seu plano de reestruturação deste importante sector económico nacional.

R.S.A.



# MODERNIZAR E AGILIZAR A JUSTIÇA

O Ministério da Justiça está a empreender um conjunto de reformas tendentes a modernizar e agilizar a Justiça em Portugal.

Neste sentido, o ministro da Justiça acaba de anunciar a aprovação de nove medidas, com o objectivo de descongestionar os tribunais, com realce para a desistência das acções por dívida de custas judiciais. Esta medida agora tornada pública por Alberto Costa, será posta em prática durante dois anos, em regime experimental e apenas será aplicada em tribunais seleccionados, como teve ocasião de referir o titular do Ministério da Justiça.

Com esta iniciativa, e segundo disse, pretende-se pôr em prática nos próximos anos "o novo regime processual caracterizado por um novo papel do juiz", que, na perspectiva de Alberto Costa, deverá passar a ser também "um gestor do processo e não apenas alguém que aplica regras processuais". Para o responsável da tutela, um juiz deve ser orientado "para a decisão e resolução", estando neste sentido prevista uma maior agilidade, flexibilidade e adequação do processo às características do caso.

Para Alberto Costa, é urgente reduzir o tempo gasto na "cansativa tarefa de fundamentar sentenças", apostando, pelo contrário, como referiu, "na redução necessária e indispensável do número de páginas dessa mesma fundamentação". Não é aumentando o número de juizes, magistrados do Ministério Público e funcionários, sublinha ainda o ministro, que se resolvem os problemas que se aglomeram no sistema judiciário.

A pretensão de incentivar a desistência das acções executivas por dívidas de custas judiciais até 400 euros, uma vez que, como lembrou Alberto Costa, "em 90 por cento dos casos não se consegue recuperar o dinheiro na totalidade e porque estas ocupam muito tempo aos magistrados e oficiais de justiça", afigura-se para o titular da Justiça uma



excelente medida que importa levar em frente.

A desistência por parte do Estado – um dos principais responsáveis pelo congestionamento de processos em tribunal – da cobrança de custas judiciais penalizará os seus cofres –, ainda segundo Alberto Costa, "em um pouco mais que um milhão de euros", nada comparado, refere, "com que o Estado continuaria a gastar se não tivesse tomado esta medida".

A partir de agora quem desista das acções cíveis pendentes pode considerar o crédito como incobrável para efeitos de impostos não paga as custas judiciais. Contudo, alerta Alberto Costa, a medida é excepcional e transitória, só se aplicando aos processos instaurados até 15 de Setembro e só vigora durante o próximo ano.

Existem cerca de meio milhão de acções

cíveis que podem ser abrangidas por esta iniciativa, facto que para o responsável do Ministério da Justiça só por si, já justificava esta diligência.

As empresas que recorrem aos tribunais para condenar o devedor a pagar as dívidas "não devem desistir da acção", aconselha ainda Alberto Costa.

O Governo decidiu ainda aumentar o montante do valor da dívida que pode ser considerada incobrável para efeitos fiscais de 349,16 euros para 750 euros, o que permite, segundo a opinião do ministro, "evitar dezenas de milhares de processos e injunções". Outra das iniciativas anunciadas permite aos

credores saberem, informaticamente, se o devedor tem bens penhoráveis e, caso não tenha, o crédito é considerado incobrável para efeitos fiscais. Por outro lado, o Ministério da Justiça pretende, por outro lado, que os credores passem a utilizar o procedimento de injunção num maior número de situações.

Entre as decisões governamentais consta ainda a promoção da utilização dos Julgados de Paz e dos centros de arbitragem.

O Governo pretende que a acção seja proposta no tribunal do domicílio do réu, excepto quando as partes tiverem sede ou domicílio nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Com esta medida pretende-se, segundo a nova proposta do Governo, "evitar a concentração da litigância em massa e promover a proximidade entre o cidadão e a Justiça".

R.S.A.

## Pelourinho da República



«Eu sou católico e nem se deve jurar, mas eu, católico, digo: se o que ele diz é verdade, eu veja a minha filha, e eu próprio, sermos destroçados hoje mesmo»

**Avelino Ferreira Torres**

(Sobre as acusações do ex-colaborador José Faria), «CM», 7/9/05

«Fui (visitá-lo ao hospital) nos dois primeiros dias. (...) Apertei-lhe a mão e ele correspondeu com um aperto comovido. Eu só lhe disse: tem fé em Deus»

**Idem, ibidem**

«(Os) empreiteiros devem-me dinheiro»

**Idem**

(Explicando a razão de receber dinheiro de construtores civis), *ibidem*

Muito. Devem e vão pagando quando podem»

**Idem, ibidem**

«Eu não gosto muito de silêncios prolongados»

**Santana Lopes**

RTP1, 7/9/05

Se há buracos na lei, há que os aproveitar, porque para isso é que servem os advogados e nós temos realmente juristas que sabem o que estão a fazer»

**Avelino Ferreira Torres**

(Confirmando que os dois movimentos de apoio à sua candidatura servem para duplicar as verbas da campanha)

«Público», 18/9/05

"Bem, já que não podem votar em mim, vou tratar da vida"

**Carlos Encarnação**, cabeça de lista da coligação PSD/CDS-PP, dirigindo-se a cidadãos brasileiros numa acção de rua em Coimbra

«É preciso dizer aos paizinhos que quem quiser votar em mim tem que pôr o voto na cruz do fim, na última do boletim. Desta vez não é no PSD. Mas devem dizer principalmente aos avós. Ainda há gente em Gondomar que não sabe ler nem escrever e agora não é para votar nas setinhas nem nas chaminés. É nos dois paizinhos do Valentim»

**Valentim Loureiro**

(Em campanha numa escola do 1º ciclo)

«DN», 29/9/05

«Marques Mendes não manda nada em lado nenhum»

**Idem, ibidem**

«Espero que seja agora que me dão umas bofetadas para ver se isto se resolve. Acabava-se já com estas coisas de campanha»

**Rui Rio**

(Apupado, numa visita a um bairro social do Porto)

«Público», 29/9/05

É uma candidatura que visa recuperar o poder pelo poder, baseada no mais descarado populismo e sem pudor político»

**Teresa Zambujo**

(Referindo-se a Isaltino Morais)

RR, 27/9/05

## NOVA AGENDA DE LISBOA

# ZORRINHO ESTABELECE 15 DESAFIOS

O coordenador nacional da Estratégia de Lisboa, Carlos Zorrinho, considera que a tarefa de explicar a Bruxelas como se vai conseguir conciliar rigor nas contas públicas com políticas de coesão e modernização do Estado social é uma das maiores dificuldades que o Governo português enfrentará durante a elaboração do Plano Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego (PNACE). Durante a apresentação que fez, no passado dia 28, dos traços gerais da versão portuguesa da nova "Agenda de Lisboa", Zorrinho explicou que o conteúdo do PNSCE espera ainda por aprovação, pelo que "falar já em medidas é criar ruído", venceu. Todavia, Carlos Zorrinho adiantou que



em breve serão definidos os "15 desafios" que o nosso país não poderá falhar com vista a atingir as metas do

crescimento e do emprego.

Defendendo a adopção de uma estratégia fundamentada nos factores diferenciadores do país, o responsável pela Agenda de Lisboa referiu como positivos os elementos "território, oceano e língua", sem deixar de apontar os que descreveu como negativos: nível de qualificações, custos de contexto e dimensão.

E, porque a descoordenação na aplicação de medidas foi justamente um dos principais problemas que levaram a antiga Agenda de Lisboa ao insucesso, Carlos Zorrinho defende que a implementação da nova estratégia terá de ser permanentemente monitorizada por "controllers".

## O PAÍS PRECISA DO PS NO PODER LOCAL

*Quando, no nosso país, se discute Portugal, e os novos desafios a que o país precisa de responder, também aqui as autarquias e os autarcas precisam de dar o exemplo, mostrando-se, como sempre estiveram à frente das suas terras e em defesa do nosso país.*

Mais de 30 anos de democracia em Portugal deram-nos muitas razões para participar na vida pública do nosso país.

Desde logo a liberdade, a democracia e a paz em Portugal foram razões determinantes na adesão que os portugueses tiveram ao regime que o 25 de Abril de 1974 nos trouxe.

Mas também o crescimento económico, o desenvolvimento do país e a melhoria da qualidade de vida foram igualmente o resultado das novas políticas que nasceram em Portugal.

As autarquias e o poder autárquico que então nasceram foram determinantes no desenvolvimento e no aprofundar da relação de confiança e de participação entre os portugueses e a sua jovem democracia. Sem dúvida que muito do bem estar actual dos portugueses resulta do bom trabalho que as nossas autarquias e os nossos autarcas puderam ao serviço das populações.

Quando, no nosso país, se discute Portugal, e os novos desafios a que o país precisa de responder, também aqui as autarquias e os autarcas precisam de dar o exemplo, mostrando-se, como sempre estiveram à frente das suas terras e em defesa do nosso país.

Modernizar Portugal é o grande objectivo do PS, quer no Governo, quer nas autarquias. É essa a estratégia de médio prazo consubstanciada numa "agenda de mudança" onde se destacam três prioridades essenciais: mais envolvimento camarário nas políticas sociais, um novo urbanismo que promova a qualidade de vida efectiva das populações e uma estratégia municipal de crescimento económico.

É essa atitude que os socialistas sabem que encontrarão, a partir do dia 9 de Outubro, nos autarcas que vão eleger para as suas autarquias. O país, conta mais uma vez com eles, o PS está mais uma vez com o poder local em Portugal.



**JORGE SEGURO SANCHES**

NOTA FINAL

## HONRAR E PRESERVAR A MEMÓRIA DE SOUSA FRANCO

Realizou-se no passado dia 23 a cerimónia de entrega da primeira edição do Prémio Professor Sousa Franco, instituído pela delegação socialista no Parlamento Europeu (PE) e que visa incentivar e premiar trabalhos na área do Direito comunitário, nas categorias de investigação e formação.

O prémio de investigação, no valor de 5000 euros, foi atribuído a Maria Inês Pastor de Quadros Alexandre da Fonseca, mestre em Direito, enquanto o prémio na categoria de formação, no valor de 2500 euros, foi entregue a Miguel Sousa Ferro, licenciado em Direito.

Falando na cerimónia realizada nas instalações da Universidade Católica, que contou com a presença dos deputados socialistas portugueses no PE, de membros do Governo e de destacadas personalidades do meio político e académico, a presidente da delegação socialista, Edite Estrela, sublinhou que este prémio tem como objectivo "perpetuar o nome de Sousa Franco, distinto académico e europeísta convicto, com um estímulo ao estudo do Direito Europeu".

E acrescentou que para a atribuição deste prémio há "muitos e bons motivos", já que, explicou, Sousa Franco foi "um dos mais relevantes políticos da nossa democracia, com uma participação cívica e política que merece particular louvor".

Para além da camarada Edite Estrela, intervieram ainda Matilde Sousa Franco, o reitor da Universidade Clássica de Lisboa e os presidentes dos conselhos directivos das faculdades de Direito da



Universidade Clássica e da Católica, que recordaram "o académico que se interessou pela causa pública e o bem comum", "o político frontal", "o governante sério e competente" e "o

académico distinto" que foi o professor Sousa Franco, cujo prémio com o seu nome "ajudará a honrar e preservar a sua memória".

**J. C. CASTELO BRANCO**

## UM PRÉMIO QUE ESTIMULA OS VALORES EUROPEUS

O prof. Sousa Franco, meu marido, na sua multifacetada actividade, sentia-se, posso testemunhá-lo, sobretudo um académico, estando até afectivamente muito ligado às suas duas Faculdades, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde era em simultâneo Presidente dos Conselhos Científico e Directivo aquando da sua morte, e a Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, onde foi o primeiro director, além de um dos fundadores da Universidade. São duas das Faculdades de excelência do País e altamente cotadas a nível internacional.

O Parlamento Europeu, como única instituição comunitária que se reúne e delibera em sessões públicas, representando os milhões de cidadãos dos seus estados membros, tem uma importância que largamente extravasa as suas fronteiras. Europeísta convicto, politicamente independente desde há décadas, o prof. Sousa Franco empenhou-se entusiasticamente também nas lutas a favor da moeda única europeia e do Parlamento Europeu, este o seu último combate. O Parlamento Europeu, através do Grupo Parlamentar do PS, teve a iniciativa e generoso patrocínio, por deliberação unânime, do prémio universitário, com total independência científica, a que, em colaboração com as duas mencionadas Faculdades,

foi dado o nome prof. António Sousa Franco, a fim de "incentivar a investigação sobre o processo de integração europeia e a divulgação do Direito da União". Este prémio aproxima ainda mais estas instituições de imenso prestígio, o Parlamento Europeu e as Universidades, através das Faculdades de Direito. As duas Faculdades asseguraram o nível científico do prémio, que constitui não só um estímulo para o labor de alunos e jovens investigadores licenciados, mas também ajuda a uma pedagogia da própria vida (a propósito recorro a frase de Horácio «quem teme as tempestades acaba a rastejar», a qual há cerca de vinte anos eu e o meu marido escolhemos para o nosso ex-libris conjunto).

Temos agora a primeira concretização deste prémio, com a sua atribuição, por unanimidade do júri, a dois trabalhos de altíssima qualidade, por acaso um da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e outro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, os quais constituem um convite para os prémios futuros, onde esperamos que concorram jovens de todas as Universidades.

Assim, saúdo vivamente todos os intervenientes na atribuição deste prémio, e agradeço a sua participação, parecendo justo começar pelo 1º outorgante do Protocolo que o instituiu e

graças a quem ele é possível, o Grupo Parlamentar do PS do Parlamento Europeu, através da sua actual Presidente e do seu antecessor, actual Ministro de Estado e da Administração Interna, que teve esta iniciativa e cuja presença é portanto particularmente significativa. De acordo com a ordem do referido Protocolo, menciono seguidamente a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa, aqui representadas também ao mais alto nível, pelos seus Directores, assim como as respectivas Universidades, pelos seus Reitores. Refiro agora o 4º outorgante desse Protocolo, a Livraria Almedina, prestigiada instituição com sede em Coimbra, mas de âmbito vastíssimo, que vai proceder à publicação dos trabalhos. Agradeço também aos membros do júri e aos jovens concorrentes, esperando que estes ganhem ânimo para mais inscrições e tentem novamente para o ano os que agora ainda não alcançaram a qualidade exigida.



**MATILDE SOUSA FRANCO**

**«A democracia é inseparável de um estatuto de plena cidadania». A educação é essencial ao desenvolvimento, para que se criem cidadãos com mais sabedoria, mais atentos à democracia, aos valores que a Europa há séculos defende. Este prémio estimula estes valores.**

**Accção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Jorge Seguro Sanches [jseguro@ps.parlamento.pt](mailto:jseguro@ps.parlamento.pt) | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva [silvino@ps.parlamento.pt](mailto:silvino@ps.parlamento.pt)  
REDACÇÃO J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt); Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt); Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) | SECRETARIADO Virginia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt) | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval [francisco@ps.pt](mailto:francisco@ps.pt) EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para [accasocialista@ps.pt](mailto:accasocialista@ps.pt)

[www.psp.pt/accacao](http://www.psp.pt/accacao)



## UM PELOURO PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NOS PROGRAMAS AUTÁRQUICOS



**MARIO FRANCO**  
mail@mario-franco.net

1. Se é importante configurar um Plano Municipal para a Sociedade da Informação e do Conhecimento - PMSIC com conteúdo relevante para o desenvolvimento local, é crucial dar-lhe operacionalidade e eficácia para que tenha consequências positivas na gestão da autarquia local e no quotidiano dos cidadãos.

2. A implementação de uma política autárquica para a Sociedade da Informação e do Conhecimento carece de uma estrutura aos níveis do executivo e dos serviços, considerando a necessidade de definir linhas de orientação permanentemente actualizadas, nomeadamente em função das evoluções tecnológicas, assim como a realização de programas operacionais que executem tais orientações.

3. Neste quadro será decisivo sedimentar o conceito de política pública autárquica para a Sociedade da Informação e do Conhecimento consolidando uma estrutura capaz de intervir nos principais aspectos de tal política, a saber: o acesso, a formação e a gestão da informação, assuntos já tratados em diversos artigos publicados no "Acção Socialista".

4. Uma política pública local para a Sociedade da Informação deve estar de acordo com os princípios consignados na respectiva Declaração das Nações Unidas (1). Deste modo, é necessário garantir a participação plena das instituições públicas e privadas, associações e empresas e, de um modo geral, de todos os cidadãos.

5. Assim, em linhas gerais propõe-se a criação de três elementos: um Pelouro para a Sociedade da Informação e do Conhecimento da responsabilidade do presidente ou de um outro membro do executivo; um Serviço específico que inclua a área de informática, mas com responsabilidades mais alargadas; e um Órgão Consultivo aberto à participação de todos.

**É importante sublinhar que o desenvolvimento de uma política para a sociedade da informação e do conhecimento tem implicações nos modelos de desenvolvimento e é transversal.**

6. As estruturas autárquicas responsáveis pela elaboração e execução da política local para a Sociedade da Informação e do Conhecimento devem assegurar a transversabilidade, a transparência e a democracia da mesma de acordo com os documentos de referência a nível internacional como é o caso da Declaração da Cimeira Mundial das Cidades e das autoridades locais sobre a sociedade da informação, nomeadamente no seu parágrafo 22: "Promover uma total transparência na gestão dos assuntos locais" (2).

7. É importante sublinhar que o desenvolvimento de uma política para a sociedade da informação e do conhecimento tem implicações nos modelos de desenvolvimento e é transversal. É uma área estratégica onde o envolvimento dos diversos sectores tem de ser garantido, o seu êxito depende da capacidade desse envolvimento dos diversos serviços e actores locais. É neste sentido que um Pelouro pode oferecer um papel de facilitador e de articulador de uma intervenção das autarquias locais na promoção de uma política pública local para a Sociedade da Informação e do Conhecimento. A existência de um Pelouro pode assegurar uma interlocução com entidades externas que aportem valor à realidade local e deste modo consolidar o seu desenvolvimento.

(1) Declaração de Princípios, aprovada na primeira fase da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação, Genebra, 12 de Dezembro de 2003.

(2) Declaração da Cimeira Mundial das Cidades e das autoridades locais sobre a sociedade da informação, Lyon, 4 e 5 de Dezembro de 2003

## POLÍTICA DE JUVENTUDE: DAR O PEIXE OU ENSINAR A PESCAR?



**CELSO GUEDES DE CARVALHO**  
cnfgc@hotmail.com

*"Até o vento sopra a favor quando se tem o rumo certo"*

Em linhas gerais uma política de juventude de um Governo deve consubstanciar-se na criação de condições e atribuição de meios para uma melhor afirmação sociocultural da juventude portuguesa, tanto no espaço nacional como no espaço internacional. Mas que tipo de meios é que devem ser

disponibilizados? Financiados? Formação? Foi esta interrogação que me levou a partilhar esta reflexão.

Na minha opinião não faz sentido que muitas associações (sobretudo as de estudantes) se relacionem com o Governo apenas para a atribuição de subsídios. Não quero com isto dizer que os subsídios devam ser retirados. Sem eles grande parte das pequenas associações de estudantes desapareceriam ou padeceriam de inactividade total. Mas podemos ter uma maior ambição. Uma maior exigência.

Os critérios de atribuição de subsídios, patrocínios ou apoios são cada vez mais exigentes, quer no sector público, quer no sector privado. Porquê? Porque os recursos são cada vez mais escassos e porque o nível de exigência e de profissionalismo foi aumentando na nossa sociedade. Já não basta ter uma ideia e uns contactos para conseguir recursos para um projecto. É preciso que o projecto seja e pareça consistente. Com objectivos, publico-alvo, posicionamento e acções

correctamente definidas. É preciso que o investimento e o respectivo retorno sejam facilmente tangibilizados.

A minha proposta é que sejam feitos, workshops ou cursos que permitam aos jovens apresentarem "correctamente" um projecto. Lanço aqui apenas três exemplos:

- Workshops/ Curso "como fazer um dossiê de patrocínios";
- Workshops/ Curso "como fazer uma candidatura a subsídios do IPJ";
- Workshops/ Curso "qual a diferença entre mecenato e patrocínio".

No primeiro caso e tratando-se de um projecto desportivo, no final os intervenientes devem ser capazes de fazer um dossiê dos seus projectos que, a título de exemplo, poderá incluir os seguintes conteúdos:

- introdução (resumo do propósito do dossiê);
- apresentação/ descrição da modalidade em questão;
- o projecto desportivo em questão (historial do clube ou associação, trofeus, actividade...);
- competições/ calendário;
- objectivos da acção de patrocínio/ mecenato;
- descrição do portfólio de produtos/ serviços;
- descrição das ofertas - volume financeiro.

Desta forma está a ser dada uma ferramenta que permite aumentar a qualidade e exigência dos projectos desenvolvidos e a proporcionar uma "formação" que será útil para o futuro profissional dos jovens.

Podemos e devemos exigir mais de todos, mas devemos também possibilitar o acesso à informação e ao conhecimento.

## É NECESSÁRIO COMBATER O SILÊNCIO

OPINIÃO



**ARMANDO FRANÇA**  
Deputado na AR

No passado mês de Junho, por ocasião do referendo francês ao Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, Edgar Morin, conhecido e reputado sociólogo, escreveu um texto de opinião no "Le Monde" chamando a atenção, entre outras coisas, para a situação de vazio que o não ao Tratado Constitucional criaria na Europa. Vazio de uma verdadeira alternativa constitucional e política ao Tratado Constitucional e, portanto, à Europa. O sim ao Tratado, "mesmo mediocre, mesmo ambíguo", evitaria a desunião da Europa e reforçaria a ideia de identidade e destino comum europeus.

Aludindo claramente à esquerda que em França se coligou à volta do não, Edgar Morin, nesse texto, pede um esforço de pensamento "para dissipar a miragem dos amanhã do não que cantam".

À medida que o tempo vai passando sobre os não francês e holandeses melhor vou apreciando a análise certeira e profunda de Edgar Morin, a qual, aliás, em nada se modificou apesar do sim dos luxemburgueses no referendo ao Tratado. E creio mesmo que o pior é aquilo que está a acontecer. Com efeito, nos últimos três meses, a esquerda dos "amanhãs do não que cantam" calou-se totalmente; mais, foge ao tema e procura, até, pôr uma pedra sobre ele. A direita, por sua vez, clama aos quatro ventos que o Tratado está morto e atira-o provocatoriamente para o caixote do lixo. A Comunicação Social desinteressou-se do assunto e só muito esporadicamente se vê a questão do Tratado na Comunicação Social nacional e europeia. Como se não bastasse, começa a ser claro que a presidência inglesa da União também deixou cair o tema. O cenário é este, temos de ter a consciência disto mesmo e de falar claro.

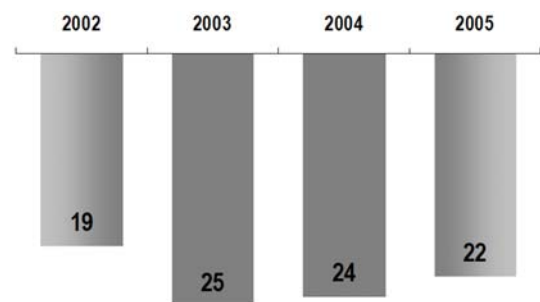
Salvo melhor opinião, o vazio, de que nos falava Edgar Morin, está instalado. Talvez, até, o pior vazio: o silêncio.

Tenho para mim que esta situação não pode continuar e todos temos de fazer um esforço para a inverter. Bem sei que o momento político não é o melhor: as eleições autárquicas mobilizam todas as atenções e o imediatismo da problemática mobiliza os candidatos. Depois, a eleição para a presidência da República e pelo que se vê, dá sinais que mobiliza os candidatos apenas para as questões nacionais e para as internacionais tradicionais. Ora, é necessário que os socialistas introduzam nas campanhas eleitorais a temática União Europeia, o Tratado Constitucional, os fundos comunitários (os quais, como sabemos, têm sido fundamentais para o desenvolvimento dos nossos concelhos e do nosso país) e tudo aquilo que possa contribuir para reforçar o sentimento de pertença à Europa, como uma inevitabilidade para Portugal e para os portugueses.

Se nas nossas comunicações e participações políticas nos abstrairmos das questões europeias e nos centramos sobre nós próprios, apenas sobre a realidade das nossas comunidades locais e do nosso País, estamos a perder uma boa oportunidade de sublinhar a importância da União Europeia e do processo de construção da Europa na nossa actividade política e no resultado dela.

## POSIÇÃO DE PORTUGAL NO RANKING DE COMPETITIVIDADE

MARINA DUTRA



Em 2005, Portugal melhora duas posições no ranking da competitividade elaborado pelo Fórum Económico Mundial, situando-se em 22º lugar. Portugal surge à frente de países como a Espanha (29º), Irlanda (26ª), França (30ª) Itália (47ª) e Grécia (46ª). Quando o Partido Socialista saí do Governo, em 2002, Portugal posicionava-se em 19º lugar no ranking da competitividade, quando volta, em 2005, encontra-se 3 posições abaixo.





# UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS AUTÁRQUICAS

